



ATA

Aos vinte e nove dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e dois, pelas vinte e uma horas, no Auditório da Universidade do Minho, sob a Presidência de José João Torrinha Martins Bastos, secretariado por Pedro Miguel Vilhena Abreu Roque Figueiredo e Cristina Patrícia Lemos Fernandes, reuniu a Assembleia Municipal de Guimarães, em sessão ordinária, com a seguinte Ordem de Trabalhos. -----

ORDEM DO DIA -----

ASSEMBLEIA -----

1 - APROVAÇÃO DA ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, REALIZADA EM 29 DE DEZEMBRO DE 2021. -----

2 - APROVAÇÃO DA ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, REALIZADA EM 30 DE DEZEMBRO DE 2021. -----

3 - APROVAÇÃO DA ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, REALIZADA EM 11 DE FEVEREIRO DE 2022. -----

4 - APROVAÇÃO DA ATA DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, REALIZADA EM 11 DE MARÇO DE 2022. -----

RELATÓRIO E CONTAS -----

5 - RELATÓRIO E CONTAS 2021. -----

6 – CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS - RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS E RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES – APRECIÇÃO. -----

CÂMARA -----

7 - ANÁLISE DO RELATÓRIO DA ATIVIDADE DA CÂMARA MUNICIPAL DE GUIMARÃES. -----

CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS -----

8 – CONTRATAÇÃO DE UM EMPRÉSTIMO DE LONGO PRAZO NO MONTANTE

DE €19.000.000,00. -----
REGULAMENTOS-----
9 - NOVO REGULAMENTO DE UTILIZAÇÃO DAS SALAS DE ENSAIO DO TEATRO JORDÃO - APROVAÇÃO.-----
10 - REGULAMENTO DE UTILIZAÇÃO INTERNA DO TEATRO JORDÃO E GARAGEM AVENIDA - APROVAÇÃO. -----
URBANISMO -----
11 - RECONHECIMENTO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL DA VIA DE ACESSO AO AVEPARK PARA EFEITO DA REN E RAN E OUTRAS APLICÁVEIS. -
RECURSOS HUMANOS-----
12 - ALTERAÇÃO DO MAPA DE PESSOAL - DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO DO TERRITÓRIO. -----
CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS -----
13 - CONCURSO PÚBLICO N.º 2/22 – AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS – FORNECIMENTO DE UMA SOLUÇÃO DE CÓPIA, IMPRESSÃO E DIGITALIZAÇÃO PARA O MUNICÍPIO DE GUIMARÃES - REPARTIÇÃO DE ENCARGOS/DESPESAS PLURIANUAIS – CATIVAÇÃO PRÉVIA.-----
14 - CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR EM CARREIRA PÚBLICA - ANO LETIVO 2022/2023 (CONTRATAÇÃO EXCLUÍDA NOS TERMOS DO N.º 1, ARTIGO 5.º DO CÓDIGO DOS CONTRATOS PÚBLICOS).-----
ENTIDADES PARTICIPADAS-----
15 – CENTRO DE INTERFACE FIBRENAMICS. -----
16 - CONSTITUIÇÃO DE ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DE FINS ESPECÍFICOS COM O MUNICÍPIO DE BRAGA - SACROMONTES DE BRAGA E GUIMARÃES, ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS - APROVAÇÃO DOS ESTATUTOS. -----
OBRAS PÚBLICAS -----
17 - PROCEDIMENTO PARA AQUISIÇÃO DE 172 FRAÇÕES A CONSTRUIR, DESTINADAS A REALOJAMENTO HABITACIONAL NO ÂMBITO DO 1º DIREITO



- OFERTA PÚBLICA DE AQUISIÇÃO – 1ª FASE. -----**
EDUCAÇÃO -----
18 - CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NOS AGRUPAMENTOS DE ESCOLAS – APLICAÇÃO DO DECRETO-LEI N.º 21/2019, DE 30 DE JANEIRO.-----
CULTURA-----
19 - FESTAS DE INTERESSE CONCELHIO - PRIMEIRO QUADRIMESTRE DE 2022.
20 - FESTAS DE INTERESSE CONCELHIO - 2.º QUADRIMESTRE DE 2022. -----
21 -IMPACTA - ATRIBUIÇÃO DE APOIOS LOGÍSTICOS EM 2021 – RATIFICAÇÃO. -----
DESPORTO-----
22 - ATRIBUIÇÃO DE APOIOS ÀS ASSOCIAÇÕES DESPORTIVAS - ÉPOCA 2021-2022 E CONTRATOS-PROGRAMA TRANSITADOS DA ÉPOCA DESPORTIVA 2020-2021. -----
ESTATUTO DO DIREITO DE OPOSIÇÃO -----
23 - RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO ESTATUTO DO DIREITO DE OPOSIÇÃO - ANO DE 2021. -----
PATRIMÓNIO -----
24 - DESAFETAÇÃO DO DOMÍNIO PÚBLICO DE PARCELA DE TERRENO SITUADA NA RUA DE CABO VERDE - FREGUESIA DE CREIXOMIL.-----
25 - DESAFETAÇÃO DO DOMÍNIO PÚBLICO DE PARCELA DE TERRENO SITUADA NA TRAVESSA DAS VEIGAS - BRITEIROS SANTO ESTEVÃO. -----
26 - COMODATO – JUNTA DE FREGUESIA DE BRITO - ANTIGO EDIFÍCIO ESCOLAR DA RIBEIRA - BRITO.-----
27 - COMODATO – HORTA PEDAGÓGICA E COMUNITÁRIA DE URGEZES - JUNTA DE FREGUESIA DE URGEZES. -----
28 - COMODATO – ANTIGO EDIFÍCIO ESCOLAR CONDE AGROLONGO, SANDE

- S. LOURENÇO - FREGUESIA DE SANDE S. LOURENÇO E BALAZAR.-----**
- 29 - CEDÊNCIA DA ANTIGA EB1 DE PORTELINHA - FREGUESIA DE SERZEDELO
– CONTRATO DE COMODATO. -----**
- FREGUESIAS (SUBSÍDIOS)-----**
- 30 - FREGUESIA DE SELHO S. CRISTÓVÃO - APOIO FINANCEIRO PARA
REVITALIZAÇÃO DO CAMPO DE JOGOS COM INSTALAÇÃO DE RELVADO
SINTÉTICO, MURO DE SUPORTE E VEDAÇÃO DO ESPAÇO. -----**
- 31 - FREGUESIA DE BARCO - APOIO FINANCEIRO PARA A INSTALAÇÕES DE
UM NOVO RELVADO SINTÉTICO NO CAMPO DE JOGOS. -----**
- 32 - ATRIBUIÇÃO DE APOIOS A FREGUESIAS - REGULARIZAÇÃO DE
PROCESSOS RELATIVOS A OBRAS REALIZADAS NA REDE VIÁRIA DA
COMPETÊNCIA DAS FREGUESIAS. -----**
- 33 -FREGUESIA DE MESÃO FRIO - APOIO FINANCEIRO PARA A AQUISIÇÃO DE
TERRENO E CONSTRUÇÃO DO NOVO CAMPO DE JOGOS. -----**
- 34 - FREGUESIA DE S. TORCATO – AMPLIAÇÃO DO CEMITÉRIO.-----**
- 35 -UNIÃO DAS FREGUESIAS DE ABAÇÃO E GÉMEOS – ALTERAÇÃO DA
DELIBERAÇÃO 19 DE ABRIL DE 2021. -----**
- 36 -FREGUESIA DE BARCO – ALTERAÇÃO DA DELIBERAÇÃO DE 14 DE JUNHO
DE 2021. -----**
- 37 -UNIÃO DAS FREGUESIAS DE BRITEIROS SANTO ESTÊVÃO E DONIM –
ALTERAÇÃO DA DELIBERAÇÃO 18 DE NOVEMBRO DE 2021.-----**
- 38 - UNIÃO DAS FREGUESIAS DE AIRÃO SANTA MARIA, AIRÃO S. JOÃO E
VERMIL – ALTERAÇÃO DA DELIBERAÇÃO DE 19 DE ABRIL DE 2021. -----**
- 39 -UNIÃO DAS FREGUESIAS DE AIRÃO SANTA MARIA, AIRÃO S. JOÃO E
VERMIL – ALTERAÇÃO DA DELIBERAÇÃO DE 25 DE JANEIRO DE 2021. -----**
- 40 - FREGUESIA DE ALDÃO – ALTERAÇÃO DA DELIBERAÇÃO 16 DE
NOVEMBRO DE 2020.-----**
- 41 - FREGUESIA DE ALDÃO – ALTERAÇÃO DA DELIBERAÇÃO DE 31 DE MAIO**



- DE 2021. -----
- 42 - UNIÃO DAS FREGUESIAS DE ATÃES E RENDUFE – ALTERAÇÃO DA DELIBERAÇÃO DE 16 DE NOVEMBRO DE 2020. -----
- 43 -UNIÃO DAS FREGUESIAS DE ATÃES E RENDUFE – ALTERAÇÃO DA DELIBERAÇÃO DE 19 DE ABRIL DE 2021.-----
- 44 - FREGUESIA DE MOREIRA DE CÓNEGOS – ALTERAÇÃO DA DELIBERAÇÃO DE 19 DE ABRIL DE 2021.-----
- 45 - FREGUESIA DE PENSELO – ALTERAÇÃO DA DELIBERAÇÃO DE 19 DE ABRIL DE 2021. -----
- 46 - FREGUESIA DE PINHEIRO – ALTERAÇÃO DA DELIBERAÇÃO DE 19 DE ABRIL DE 2021.-----
- 47 - FREGUESIA DE COSTA – ALTERAÇÃO DA DELIBERAÇÃO DE 18 DE JUNHO DE 2020. -----
- 48 - FREGUESIA DE GONDAR – ALTERAÇÃO DA DELIBERAÇÃO DE 19 DE ABRIL DE 2021. -----
- 49 - FREGUESIA DE INFANTAS – ALTERAÇÃO DA DELIBERAÇÃO DE 19 DE ABRIL DE 2021.-----
- 50 - FREGUESIA DE LONGOS – ALTERAÇÃO DA DELIBERAÇÃO DE 19 DE ABRIL DE 2021. -----
- 51 - FREGUESIA DE LORDELO – ALTERAÇÃO DA DELIBERAÇÃO DE 19 DE ABRIL DE 2021. -----
- 52 - UNIÃO DAS FREGUESIAS DE SANDE VILA NOVA E SANDE S. CLEMENTE – ALTERAÇÃO DA DELIBERAÇÃO DE 19 DE ABRIL DE 2021. -----
- 53 - UNIÃO DAS FREGUESIAS DE SANDE VILA NOVA E SANDE S. CLEMENTE – ALTERAÇÃO DA DELIBERAÇÃO DE 19 DE ABRIL DE 2021. -----
- 54 - UNIÃO DAS FREGUESIAS DE PRAZINS SANTO TIRSO E CORVITE – ALTERAÇÃO DA DELIBERAÇÃO DE 19 DE ABRIL DE 2021. -----

- 55 - FREGUESIA DE SANDE S. MARTINHO – ALTERAÇÃO DA DELIBERAÇÃO DE 25 DE JANEIRO DE 2021. -----
- 56 - FREGUESIA DE SANDE S. MARTINHO – ALTERAÇÃO DA DELIBERAÇÃO DE 19 DE ABRIL DE 2021. -----
- 57 - FREGUESIA DE CANDOSO S. MARTINHO – ALTERAÇÃO DA DELIBERAÇÃO DE 1 DE JULHO DE 2021. -----
- 58 - FREGUESIA DE LORDELO – ALTERAÇÃO DA DELIBERAÇÃO DE 19 DE ABRIL DE 2021. -----
- 59 - FREGUESIA DE NESPEREIRA – ALTERAÇÃO DA DELIBERAÇÃO DE 19 DE ABRIL DE 2021.-----
- 60 - FREGUESIA DE POLVOREIRA – ALTERAÇÃO DA DELIBERAÇÃO DE 3 DE DEZEMBRO DE 2020. -----
- 61 - FREGUESIA DE SERZEDELO – ALTERAÇÃO DA DELIBERAÇÃO DE 25 DE JANEIRO DE 2021.-----
- 62 - FREGUESIA DE CANDOSO S. MARTINHO - CONTINUIDADE DO PROJETO SOCIAL CANDOSO ATIVO 2022 2023.-----
- 63 - FREGUESIA DE PONTE - CONTINUIDADE DO PROJETO SOCIAL JUNTA AMIGA 2022 2023.-----
- 64 - FREGUESIA DE URGEZES - CONTINUIDADE DO PROJETO SOCIAL URGEZES SOLIDÁRIO 2022 2023.-----
- 65 - FREGUESIA DE S. TORCATO - CONTINUIDADE DO PROJETO SOCIAL JUNTAR SÃO TORCATO 2022 2023. -----
- 66 - FREGUESIA DE CALDELAS - CONTINUIDADE DO PROJETO SOCIAL ESTE LUGAR NÃO É PARA VELHOS -ESPAÇO CONVÍVIO SÉNIOR 2022/2023.-----
- 67 - FREGUESIA DE MESÃO FRIO - PROJETO SOCIAL CENTRO DE CONVÍVIO.
- 68 - CRIAÇÃO E DESAGREGAÇÃO DE FREGUESIAS – OFERTA DE PUBLICAÇÕES.-----
- 69 - FREGUESIA DE AIRÃO SANTA MARIA, AIRÃO S. JOÃO E VERMIL –



ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO – SUBSTITUIÇÃO DO TELHADO DO EDIFÍCIO SEDE DA JUNTA DE FREGUESIA. -----

70 - FREGUESIA DE GUARDIZELA – ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO – OBRA DE RESTAURO DA CASA DA JUVENTUDE E ARRANJO URBANÍSTICO DA ÁREA ENVOLVENTE. -----

71 - FREGUESIA DE SOUTO SANTA MARIA, SOUTO S. SALVADOR E GONDOMAR – ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO – AQUISIÇÃO DE TERRENO DESTNADO À AMPLIAÇÃO DO EDIFÍCIO MULTIFUNCIONAL PERTENCENTE À JUNTA DE FREGUESIA. -----

72 - FREGUESIA DE MESÃO FRIO – ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO – PAVIMENTAÇÃO DO PARQUE ESTACIONAMENTO DO CEMITÉRIO. -----

73 - FREGUESIA DE FERMENTÕES – ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO – OBRA DE REQUALIFICAÇÃO DAS RUAS DE CANEIROS, MATADUÇOS E BELA VISTA. ----

74 - FREGUESIA DE SELHO S. JORGE – ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO – REQUALIFICAÇÃO DA RUA DA CIRCUNVALAÇÃO. -----

75 - FREGUESIA DE URGEZES – ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO – OBRA DE AMPLIAÇÃO DO CEMITÉRIO.-----

76 - CONCESSÃO DE APOIOS MUNICIPAIS ÀS FREGUESIAS.-----

77 - DOAÇÃO DE EQUIPAMENTO À JUNTA DE FREGUESIA DE CALDELAS. ---- FREGUESIAS (DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS) -----

78 - DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NAS FREGUESIAS DE LORDELO, SELHO S. CRISTÓVÃO E UNIÃO DAS FREGUESIAS DE SOUTO SANTA MARIA, SOUTO S. SALVADOR E GONDOMAR PARA GESTÃO DE INSTALAÇÕES DESPORTIVAS.

79 - FREGUESIA DE AZURÉM – ALTERAÇÃO DA DELIBERAÇÃO DE 19 DE ABRIL DE 2021. -----

80 - FREGUESIA DE CANDOSO SÃO MARTINHO – ALTERAÇÃO DA DELIBERAÇÃO DE 19 DE ABRIL DE 2021.-----

- 81 - FREGUESIA DE GONÇA – ALTERAÇÃO DA DELIBERAÇÃO DE 22 DE MARÇO DE 2021. -----
- 82 -FREGUESIA DE GONÇA – ALTERAÇÃO DA DELIBERAÇÃO DE 22 DE MARÇO DE 2021. -----
- 83 -FREGUESIA DE LONGOS – ALTERAÇÃO DA DELIBERAÇÃO DE 18 DE JUNHO DE 2020. -----
- 84 -FREGUESIA DE SERZEDELO – ALTERAÇÃO DA DELIBERAÇÃO DE 19 DE ABRIL DE 2021.-----
- 85 -FREGUESIA DE SILVARES – ALTERAÇÃO DA DELIBERAÇÃO DE 3 DE MAIO DE 2021. -----
- 86 -FREGUESIA DE CREIXOMIL – ALTERAÇÃO DA DELIBERAÇÃO DE 19 DE ABRIL DE 2021.-----
- 87 - FREGUESIA DE CREIXOMIL – OBRAS NA RUA BAIRRO MANUEL MACHADO - ALTERAÇÃO DAS DELIBERAÇÕES DE 10 DE FEVEREIRO DE 2020 E DE 12 DE JULHO DE 2021. -----
- 88 - FREGUESIA DE S. TORCATO – ALTERAÇÃO DA DELIBERAÇÃO DE 14 DE JUNHO DE 2021.-----
- 89 - UNIÃO DAS FREGUESIAS DE BRITEIROS SANTO ESTÊVÃO E DONIM – ALTERAÇÃO DA DELIBERAÇÃO DE 19 DE ABRIL DE 2021. -----
- 90 - FREGUESIA DE URGEZES – ALTERAÇÃO DA DELIBERAÇÃO DE 16 DE NOVEMBRO DE 2020.-----
- 91 - FREGUESIA DE AIRÃO SANTA MARIA, AIRÃO S. JOÃO E VERMIL – DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS – RECONSTRUÇÃO DO MURO DE SUPORTE NA RUA DOS LOUSOS, EM AIRÃO SANTA MARIA. -----
- 92 – DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NAS FREGUESIAS (CONTRATOS INTERADMINISTRATIVOS). -----
ELEIÇÕES-----
- 93 - COMISSÃO DE PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS GUIMARÃES (CPCJ) –



DESIGNAÇÃO DE REPRESENTANTES. -----

APROVAÇÃO DA ATA EM MINUTA -----

94 - APROVAÇÃO DA ATA EM MINUTA. -----

Pelas **vinte e uma horas e quinze minutos** foi declarada **ABERTA A SESSÃO**.

Estiveram presentes os seguintes membros: Eleitos diretos: **(PS)** - José João Torrinha Martins Bastos, Sónia Ermelinda Matos da Silva Fertuzinhos, Pedro Miguel Guimarães Marques da Cunha, Armindo José Ferreira da Costa e Silva, Maria de Jesus Teixeira Carvalho, Hugo Francisco Monteiro Teixeira, José Manuel Nogueira Teixeira Bastos, Maria da Conceição da Cunha e Castro, Pedro Miguel Vilhena Abreu Roque, Jorge Manuel Costa Nunes, Elsa Cristina Silva Ribeiro, Augusto Rafael Capela Duarte, Carlos Alexandre Lopes Rodrigues Ribeiro, David José Gonçalves Faria, Alberto Manuel Gonçalves Mota, Vasco Manuel Azevedo Marques, Pedro Manuel da Silva Mendes, Márcio Rafael da Silva Ferreira, Clara Sofia Abreu Barros, Francisco da Costa e Silva, José de Castro Dias, Idálio Manuel Pereira de Oliveira, Francisco José Mendes Pereira e Dionísio Cardoso Ribeiro; **(PSD)** – – Emídio Guerreiro, César Nuno da Costa Teixeira, André Faria Ferreira, Carlos Jorge Caneja Amorim, Ana Margarida da Costa Teixeira, Tiago Vieira Laranjeiro, André Filipe de Castro Sousa Casalta, Ana Sofia Teixeira, Manuel José Araújo Ribeiro, Margarida Pinheiro Pereira, Rui Armindo da Costa Freitas e Isabel Filipa de Lemos Moreira Leite; **(CDS-PP)** Teresa Maria Esquível Sequeira Braga Costa Faria, Paulo Miguel Lima Peixoto, Pedro Alberto Mendes Ferreira e Francisco José Araújo Tadeu Ribeiro; **(CDU)** José Manuel Torcato Ribeiro, Inês Alves Rodrigues e Célia Maria Abreu Magalhães; **(CH)** - André Filipe Mendes de Castro Almeida; **(BE)** – Sónia Cristina Patrocínio Gonçalo Ribeiro; **(IL)** – Armando Jesus de Freitas Fontão. -

Inerência do cargo de Presidente de Junta: Martinho Eurico Martins Fernandes – PSD, José de Castro Antunes – PS, José Luís Oliveira Pereira – PS,

Maria de Fátima Saldanha Cardoso – PS, José Inácio da Fonseca (em representação do Presidente da Junta de Freguesia de Caldelas) – PS, Maria Odete de Abreu Lemos – PS, Vítor Duarte da Cunha Matos Pereira – CDS-PP, António Martins Gonçalves – PSD, António Gonçalves Vilela – PS, Augusto César Fernandes Guimarães – PS, Agostinho Salgado Faria – PS, Paulo Manuel Ferreira da Silva – PS, Cristina Patrícia Lemos Fernandes – PS, Isilda Gomes da Silva – PS, Manuel da Costa Teixeira – PS, José Pereira da Silva – PS, António Brás Mendes Pereira – PS, Joaquim Jorge da Mota Pereira – PS, João Manuel Gonçalves Miranda – PS, Domingos Vaz Peixoto – PS, Carlos Alberto Alves Miranda de Oliveira – PS, Natália Maria da Silva Fernandes Ribeiro – PSD, Samuel Armando Oliveira Ribeiro (em representação da Presidente da Junta de Freguesia de Ronfe) – PS, Miguel Fernando Ribeiro Bessa Moreira – PS, António Alberto da Costa Martins – PSD, Marta Filipa da Silva Gonçalves – PS, Nelson Cristiano Gonçalves Ferreira – PS, Ricardo Jorge Carvalho de Castro – PS, Luís António da Silva Costa Abreu – PS, José Augusto da Costa Araújo – PSD, Tiago José Xavier da Silva – PSD, José Carlos Fernandes da Cruz – PS, David Patrício Lopes Araújo – PS, Vítor Manuel da Silva Pais – PS, Diogo António Alves Costa – PSD, Guilherme Paulo Ribeiro Abreu – PS, António Paulo Pereira Faria (em representação do Presidente da Junta de Freguesia de Conde e Gandarela) – PS, João Carlos Silva Alves – PS, Rui Porfírio Lopes Silva – PSD, Carlos Manuel Abrunhosa Borges – PS, Francisco Ferreira Gonçalves – PS, Tiago João Matos Rodrigues – PSD, Daniel Filipe Macedo de Oliveira – PSD, Armindo Filipe da Silva Lopes – PS, Manuel Fernando Alves Cardoso – PS e Carlos Alberto Peixoto de Sousa – PS.-----

Ausências inferiores a trinta dias: César Manuel de castro Machado, Susana Gabriela Meireles Campos Nunes, Maria Joaquina Oliveira Antunes, Elvira Matos Silva Fertuzinhos, André Guimarães Coelho Lima, Ana Paula Cardoso Lemos Damião, Alexandre Nuno Vaz Batista de Vieira e Brito, João Paulo Serra



Salazar, Mário Hélder Garcez Marques da Cunha Reis, Pedro Miguel Teixeira Pereira Santos, Flávio Romeu de Sousa Freitas, Idálio Manuel Pereira de Oliveira, Alexandra Santos Gonçalves Ferreira, Maria Adelaide Andrade Silva, João Pedro Sousa Pinto Rego Martins, Maria José Lopes de Sousa Pinto, João Manuel Fernandes da Silva Ribeiro, Luís Miguel Freitas Marques Carvalho Soares, Sílvia Andreia Paiva Martins, Cecília Felgueiras de Meireles Graça e Hugo Maciel Tavares de Freitas. -----

Faltaram os seguintes membros: Sandra da Luz da Cunha Martins, Rui Alexandre Pereira Barros da Cunha Pereira, José Pedro Ribeiro Salazar, Sérgio Alberto Castro da Rocha e António José da Silva Ribeiro.-----

A **Câmara Municipal** esteve representada pelo Presidente da Câmara, Domingos Bragança Salgado, e pelos Vereadores, Adelina Paula Mendes Pinto, Paulo Rui Lopes Pereira da Silva, Paula Cristina dos Santos Oliveira, Nelson José Guimarães Felgueiras, Alice Sofia de Freitas Soares Ferreira Fernandes, Ana Maria Prego de Faria Berkeley Cotter, Hugo Miguel Alves Ribeiro, Ricardo José Machado Pereira da Silva Araújo e Vânia Carvalho Dias da Silva de Antes de Barros. -----

-----**LEITURA DO EXPEDIENTE**-----

- Do ofício da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Guimarães que remete, para conhecimento, o Relatório da Atividade da Comissão, relativo ao ano de 2021; Do ofício da Câmara Municipal de Guimarães, que remete a resposta ao requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD a respeito do acordo de colaboração celebrado entre o Município de Guimarães e o IHRU – Estratégia Local de Habitação; Do convite do Presidente da Comissão Organizadora do Congresso do CDS-PP para sessão de encerramento do Congresso do CDS-PP, que ocorreu no dia 3 de abril, no Multiusos de Guimarães; Do ofício do Gabinete do Presidente da Assembleia

da República, que acusa a receção da Moção intitulada “Apelo à paz, censura à invasão e agressão militar da Federação Russa”; Do ofício da Embaixada da Federação Russa em Portugal, que acusa a receção da Moção intitulada “Apelo à paz, censura à invasão e agressão militar da Federação Russa”, e remetendo a Declaração da Embaixada da Federação Russa, divulgada a 9 de março de 2022; Do convite da Direção e Comando da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários das Taipas, para as Comemorações do seu 135º Aniversário; Do convite da Santa Casa da Misericórdia de Guimarães, para Procissão de Endoenças; Do convite da Junta de Freguesia de Brito, para as Comemorações do aniversário de elevação da Freguesia a Vila.-----

-----**ANTES DA ORDEM DO DIA**-----

José Manuel Torcato Ribeiro, do Grupo Parlamentar da CDU, referindo-se à construção de um metro de superfície que irá unir os Concelhos do Quadrilátero Urbano, defendida, publicamente, pelos respetivos Presidentes de Câmara que compõem o Quadrilátero, recordou que, segundo notícias publicadas, tinham sido solicitados estudos técnicos à CCDR-n e ao Eixo Atlântico e apresentados ao Ministro das Infraestruturas e ao Ministro da Coesão Territorial, sustentados, e bem, de que os diversos governos do país, independentemente da sua composição partidária, não teriam feito o investimento necessário, nesta que é a terceira maior comunidade do país, pelo que estava na hora de corrigir a discriminação existente e tratar a região minhota como o têm feito com as Áreas Metropolitanas do Porto e Lisboa. Porém, disse considerar que, mais uma vez, adianta-se uma proposta, que vem, novamente, dispersar a discussão com novos projetos e eludir a necessidade de investimentos, há muito reconhecidos como necessários e em torno dos quais já existem estudos técnicos e decisões políticas, como a previsão em Plano Diretor Municipal. Acrescentou que, desta forma, apenas contribui para acrescentar ruído e pretexto para a não concretização de



opções reconhecidamente necessárias. Lembrou que ao longo dos últimos anos, por diversas vezes, proposto pela CDU, vários dos órgãos municipais dos concelhos que constituem o Quadrilátero Urbano, deliberaram reclamar o investimento nos meios ferroviários, ora em oposição a ligações encerradas, ora reclamando a conclusão da ligação ferroviária entre estes Concelhos. Lembrou, depois, que nas campanhas eleitorais para as Eleições Autárquicas e Eleições Legislativas, a proposta da CDU sobre esta matéria foi acompanhada, também, por outras forças políticas. Em conclusão, disse achar que a proposta da designada ligação por metro não tem qualquer enquadramento ou aferição prévia nos órgãos autárquicos, nem sequer sustentação técnica. Por último, num contexto em que o Governo tem ao seu dispor meios excecionais para realizar investimento nos transportes públicos e em que afirma o desenvolvimento do transporte ferroviário como um desígnio, reclamou como prioridade para a CDU, a concretização da ligação ferroviária direta entre os Concelhos de Braga e Guimarães e, posteriormente, o fecho da malha ferroviária com uma linha de concordância para Barcelos. Reconheceu, identicamente, que a reabertura de linhas ferroviárias encerradas, como a linha Fafe – Guimarães é uma necessidade que também merece ser acolhida. Finalizou, explicando que, tendo em conta a importância que este tema representa para a CDU, decidiu abordá-lo no Período de Antes da Ordem do Dia da sessão, por entender que, certamente, obterá respostas mais concretas do Presidente da Câmara Municipal. -----

José Manuel Torcato Ribeiro respondeu aos esclarecimentos que lhe foram solicitados por Armindo José Ferreira da Costa e Silva. -----

André Filipe Mendes de Castro Almeida, do Grupo Parlamentar do CH, tendo-se festejado o Dia Mundial da Saúde, no passado dia 7 de abril, aproveitou para perguntar ao Presidente da Câmara qual o ponto de situação da proposta

que havia apresentado para a instalação de uma Unidade de Saúde Familiar na zona da montanha da Penha. Disse ter conhecimento de que este assunto já está a ser trabalhado com a ARS Norte e de que é um processo que se arrastará por algum tempo. Neste âmbito, desafiou os Presidentes de Junta das Freguesias de Abação e Gémeos, Tabuadelo e S. Faustino e Costa, todas elas com forças políticas distintas, para que, conjuntamente com o Presidente da Junta de Freguesia de Urgezes, intercedem no processo, uma vez que são as freguesias mais beneficiadas. Por fim, disse que gostaria de ser esclarecido sobre o que levou às inundações ocorridas na rua da Caldeiroa, sem qualquer fenómeno extraordinário de queda de chuva, sobre a situação da prospeção de Lítio em Guimarães, sobre a falta de segurança e higiene no edifício do Teatro Jordão e sobre processo acionado em Tribunal contra a Taipas Turitermas.-----

Manuel José Araújo Ribeiro, do Grupo Parlamentar do PSD, fez uma intervenção, lendo, em voz alta, o texto que a seguir se transcreve: “Nos últimos dezoito meses, ano e meio, a empresa municipal Taipas Turitermas mudou de Diretor Executivo três vezes. A substituição dos diretores executivos é um sinal de instabilidade na gestão que contagia negativamente todo o funcionamento da cooperativa. Numa empresa onde a liderança não existe, ou é fraca como o comprovam as sucessivas substituições, os resultados obtidos estão na sua correspondência direta. A substituição, motivada, dizem, por demissões dos diretores executivos não é alheia à estratégia seguida para o crescimento da Cooperativa que se baseou em investimentos em imobilizado corpóreo, facto esse que condenou a cooperativa a dificuldades. A exploração corrente da Cooperativa é deficitária; não gera receitas correntes que lhe cubram as despesas correntes. O *deficit* tem sido coberto com os subsídios à exploração dentre os quais se conta o deste município. Este défice de exploração da cooperativa, que é



estrutural, vai continuar a agravar-se. E agravar-se-á por não se perspetivar que a intensidade da prestação de serviços venha a aumentar e por uma verificação já sentida da subida do preço dos combustíveis, energia e matérias-primas. Apesar desta situação deficitária se andar a arrastar há uns anos, recorde-se que a Taipas Termal apresenta uma conta de resultados transitados negativos de € 1.390.000,00 (um milhão, trezentos e noventa mil euros) gerados nos últimos dez anos, o cooperador dominante, o município, não tem tomado medidas para reverter esse estado de coisas. Para a gestão da Cooperativa, o município, por intermédio do seu órgão executivo, nomeia militantes do Partido que a sustenta politicamente. Portanto, são nomeações políticas para a gestão como critério único de decisão. Claro que surgem as justificações bonitas sobre o perfil do nomeado para o cargo que as sucessivas substituições têm desmentido categoricamente. Impõe-se fazer diferente do que se fez até agora para obter resultados diferentes. Fazer o mesmo e esperar resultados diferentes, é irrazoável. A continuar este estado de coisas, estima-se que nos próximos 20 anos, este município, vai ter que aguentar a Cooperativa com, pelo menos € 400.000,00 (quatrocentos mil euros) por ano, o que perfaz uma transferência total de € 8.000.000,00 (oito milhões de euros). No final dos vinte anos, a Cooperativa, para se manter, vai necessitar de um novo investimento de € 8.000.000,00. Estas verbas, divididas por ano, comportam um esforço patrimonial de € 800.000,00 (oitocentos mil euros) ano. Está demonstrado que a gestão do Município nesta empresa municipal não serve, a cifra de capital já é inferior ao dos resultados transitados, e por consequência devem seguir-se outros caminhos que a própria cooperativa sabe existirem. E sabe porque os pratica e já os experimentou. A Cooperativa Taipas Turitermas é dona de dois edifícios e estabelecimentos na qual nada investiu, nada gasta, e recebe rendas dessas propriedades: São o Restaurante

Bar Alameda Parque e o edifício do restaurante Príncipe Parque. Apesar de estarem há trinta anos e vinte anos concessionados a privados com obras realizadas pelos exploradores, os edifícios estão conservados, integrados e são uma mais-valia urbanística, económica e por vezes cultural, com lucro líquido para a cooperativa e para a comunidade local. A mesma racionalidade poderia ser adaptada às termas, ao SPA, à Clínica Médica, às piscinas e parque de campismo. A Cooperativa concessionava a privados, fiscalizava, exigia o cumprimento contratual e recebia o preço da concessão. O município, melhor, todos nós, poupávamos muitos recursos com essa mudança sem que o serviço público sofresse qualquer diminuição pois, como sabem, quase não existe. Claro que isso implicava a perda do controle de funcionários no que se refere à admissão e manutenção, dos cargos de gestão, das nomeações que significam, na prática política, muita influência e muitos votos no partido que nomeia a Direção e a Gestão. Essa decisão de concessionar a privados, afastando-se o município de prestação de serviços sem qualquer interesse público, é difícil para o partido socialista que vive empedernido pelos preconceitos ideológicos por razões de oportunidade eleitoralista. Mas é preciso pensar diferente, alterar o rumo, sob pena do desenvolvimento económico que a cooperativa quer prosseguir resultar numa grande perda para todos os vimaranenses, como se prova a partir das contas apresentadas pela empresa municipal Taipas Turitermas. E Guimarães não pode perder.” - José Manuel Araújo Ribeiro respondeu aos esclarecimentos que lhe foram solicitados por Armindo José Ferreira da Costa e Silva.-----

Sónia Cristina Patrocínio Gonçalo Ribeiro, do Grupo Parlamentar do BE, disse querer começar por fazer uma breve, mas sentida, evocação da sessão comemorativa de mais um aniversário do 25 de Abril de 1974, deixando uma palavra de reconhecimento a todas as mulheres e homens que lutaram e continuam a lutar pela liberdade e pela democracia. Fez, também, uma alusão



às comemorações do 1º de Maio - Dia do Trabalhador, que se realiza no próximo domingo, dizendo ser um dia com enorme significado para os trabalhadores, para o crescimento e desenvolvimento do país, da economia e pela construção de uma sociedade mais justa. Assim, disse que as comemorações que aludiu levou-a a refletir sobre algumas denúncias que lhe têm chegado sobre atropelos de direitos dos trabalhadores em empresas privadas, municipais, intermunicipais e instituições de solidariedade social. Pelo exposto, disse querer saber se existe algum tipo de acompanhamento, por parte do Município de Guimarães, relativamente a estas situações, quer nas entidades onde tem responsabilidade direta, quer naquelas que beneficiam dos seus apoios. Esclareceu que o Bloco de Esquerda não é contra a concessão de apoios, mas considera fundamental que quem apoia tem que saber de que forma esse apoio é gasto e, em sua própria defesa, ter uma preocupação social. Prosseguiu, manifestando a sua preocupação em torno da polémica que envolve a Taipas Turitermas, nomeadamente a instabilidade que atravessa, perguntando o que mudou no perfil do anterior Diretor Executivo para se demitir e o que motivou a ação em Tribunal num montante superior a €400.000,00. Sendo o Município de Guimarães detentor de 95% do capital da Taipas Turitermas e todos os anos transfere somas avultadas, disse estranhar que esta detenha uma dívida avultada e que as suas verbas não consigam cumprir a função de tornar os preços diferentes de uma qualquer clínica privada, factos que obrigam ao esclarecimento claro do Presidente da Câmara sobre a verdadeira realidade desta régie cooperativa. Ainda neste âmbito, reiterou que o Bloco de Esquerda sempre foi muito crítico deste modelo de gestão, por entender que permite ao Executivo Municipal fugir à responsabilidade e à transparência que se reclamam. Por último, a propósito do artigo publicado no Jornal de Guimarães, edição de abril, a respeito da

situação de assédio moral que ocorre na Escola Secundária Martins Sarmiento, considerou condenável que alguém utilize a sua posição hierárquica para diminuir ou coagir outro, como forma demonstrativa de poder, mais ainda quando, alegadamente, essa ocorrência é conhecida de toda a comunidade escolar, sem que nada tenha sido feito, situação que mancha o nome de Guimarães e do respetivo estabelecimento de ensino. -----

Rui Armindo da Costa Freitas, do Grupo Parlamentar do PSD, começou por referir que a divisão clara que o PSD manifesta em relação ao Partido Socialista, no que respeita ao papel da autarquia nas políticas para o desenvolvimento económico do concelho, há muito que tem sido vincada nesta Assembleia. Lembrou que o PSD, nos últimos anos, de forma consecutiva, tem alertado para a necessidade de diversificação do tecido económico do concelho, para o tornar mais resistente a choques, que poderão surgir por fatores endógenos ou exógenos, e para a necessidade de atração de investimento, uma busca proactiva de investimento direto do exterior. Acrescentou que o PSD alertou, também, que uma indústria têxtil e de calçado forte nos últimos quinze anos era a altura certa para construir uma estratégia que permitisse usar toda a estrutura de suporte económico existente, principalmente na área de serviços, para alavancar o desenvolvimento de outras atividades económicas do setor secundário. Continuou, lembrando que durante anos o PSD defendeu a criação de uma agência para o desenvolvimento económico, modelo colocado em prática um pouco por todo o país, mas, mais do que isso, em prática em concelhos que disputam connosco a competitividade regional. Assim, considerou que o assumir da necessidade da criação de uma agência que se dedica à promoção das atividades económicas, por parte do Presidente da Câmara, é positivo, embora com mais de dez anos de atraso e a assunção clara de que a presente estratégia não funcionou, resultando num profundo atraso em relação aos



concelhos limítrofes em que a atratividade para novos investimentos com origem em empresas fora da nossa região, ou país, diz respeito. Deste modo, reiterou que compete ao Município criar as condições de atratividade para o melhor clima de negócios possível e, mais do que isso, ser o principal motor da captação de investimento. Continuou, evidenciando a urgência de caracterizar as competências do tecido laboral e industrial do nosso concelho, de modo a que a transição económica seja o mais eficiente possível, potenciando desenvolvimento de trabalhadores e empresas com menor custo para todos. Evidenciou, por último, que mais do que assumir a falta da Agência para o Desenvolvimento Económico é importante a visão que esta terá de levar à prática e perceber que futuro se quer para a economia do nosso concelho nas próximas décadas. Finalizou, dizendo que urge uma discussão profunda, mas participada, sobre que economia queremos construir. -----

Rui Armindo da Costa Freitas respondeu aos esclarecimentos que lhe foram solicitados por Pedro Manuel da Silva Mendes. -----

Hugo Francisco Monteiro Teixeira, do Grupo Parlamentar do PS, começou por recordar um dos motes do Secretário-Geral do Partido Socialista, António Costa - “palavra dada é palavra honrada” - uma vez que abordará os compromissos eleitorais que o Partido Socialista, quer em sede autárquica, quer em sede do Governo da República, assumiu para Guimarães e para que os vimaranenses estejam a par daquilo que efetivamente são as obras que se antecipam para o concelho, projetos idealizados pelo Partido Socialista e que em breve se concretizarão. Posto isto, referiu que, por força do trabalho desenvolvido pelos dirigentes locais do Partido Socialista e pelo Presidente da Câmara Municipal, houve já um assumir de compromisso pela Administração Regional de Saúde do Norte de que, muito em breve, ocorrerá a revisão da rede de referência que incluirá a Unidade de Hemodinâmica do Hospital

de Guimarães, que nos primeiros seis meses de atividade será acompanhada pelos serviços já existentes no Hospital de Braga e após esse período atuará com total autonomia. Relativamente à Pousada de Santa Marinha da Costa, clarificou que, desde 2017, os dirigentes do Partido Socialista de Guimarães acompanham a situação e, muito recentemente, obtiveram da Direção Regional de Cultura do Norte, após requerimento apresentado em 10 de abril de 2022, a resposta, que passou a ler *“Por decisão da Senhora Arquiteta Ângela Ferreira, Secretária de Estado Adjunta do Património Cultural do 23º Governo Constitucional, liderado pelo Senhor Primeiro Ministro António Costa, a primeira fase de intervenção na Igreja de Santa Marinha da Costa, correspondente à obra nas coberturas, terá o financiamento de €1.082.056,00 do Fundo de Salvaguarda do Património Cultural. Esta decisão foi comunicada à Câmara Municipal de Guimarães e à Paróquia. A Direção Geral do Tesouro e Finanças emitiu já a necessária autorização para que a Direção Regional de Cultura do Norte possa assumir a coordenação da obra. A Direção Regional de Cultura do Norte procedeu à instrução do processo junto do Fundo de Salvaguarda, tendo enviado, nomeadamente, o caderno de encargos para a empreitada. Aguardasse, portanto, a resposta do Fundo para dar início ao procedimento administrativo de lançamento da empreitada”*. Continuou, enumerando outras obras que o Partido Socialista e o Presidente da Câmara Municipal assumiram perante os vimaranenses, sobretudo, a construção da via do Avepark, já contratualizada e que prevê financiamento no Plano de Recuperação e Resiliência, a construção do Campus da Justiça, já com protocolo assinado com o Ministério da Justiça e, por último, e de maior dificuldade de concretização, a ligação do eixo ferroviário a alta velocidade, projeto ambicioso pelo qual o Partido Socialista não deixará de lutar. Finalizou, dizendo que, com o Partido Socialista na Câmara Municipal de Guimarães e no Governo, efetivamente, Guimarães sai favorecido e ficará a



ganhar. -----

Hugo Francisco Monteiro Teixeira respondeu aos esclarecimentos que lhe foram solicitados por André Filipe Mendes de Castro Almeida e José Manuel Torcato Ribeiro. -----

Teresa Maria Esquível Sequeira Braga Costa Faria, do Grupo Parlamentar do CDS-PP, dez a sua intervenção, lendo, em voz alta, o texto que a seguir se transcreve: “Neste momento particularmente preocupante na Europa, importante recordar que décadas de paz e prosperidade foram obtidas perante líderes e ideologias que, no pós-guerra, reconstruíram um continente destruído por ideologias totalitárias. Foi através de figuras como Adenauer ou De Gasperi (na reconstrução da Alemanha ou da Itália), de Gaulle (através do seu Mouvement Républicain Populaire) que se construiu um continente desenvolvido, afastado de totalitarismo que dividiu a Europa e exemplo da liberdade e respeito pelo Homem. A democracia cristã abrange conceitos ideológicos que podem ser vistos como conservadores, centristas ou liberais, posicionados de esquerda, direita ou centro dos principais partidos políticos, dependendo do enquadramento social e político de um determinado país e das posições ocupadas pelos partidos democratas cristãos. A democracia cristã é ideologicamente posicionada como de centro-direita em questões culturais, sociais e morais, mas de centro-esquerda no que diz respeito a questões económicas, numa perspetiva de economia social de mercado, laborais, ambientais, de direitos civis e política externa. Em Portugal, a democracia cristã através do CDS, foi fundadora do regime democrático em Portugal, apresentou um caminho distinto da via socialista que a Constituição da República definiu, esteve em Governos de Salvação Nacional, integra o PPE numa colaboração da construção europeia e tem uma importante presença autárquica. O CDS e nele as suas ideias e propostas são úteis para os cidadãos,

são relevantes para Portugal, são um contributo positivo para uma Europa mais livre, desenvolvida e, como tal, mais forte. Entendemos que os resultados eleitorais traduzem o sentir da população e, em particular, a perceção da gestão política passada, das propostas de futuro, do comportamento e posicionamento dos partidos políticos, seja no poder seja na oposição. Assim, a reflexão sobre os resultados eleitorais do partido nas eleições legislativas não deixou de confirmar a inteligência dos eleitores que penalizou o partido que, em vez de conquistar os que pensavam diferente, se aproximou dos tempos de intrigas de Teresa e Fernão de Trava, no início da nossa nacionalidade, que, mais preocupados com os assuntos internos, se esqueceram que governar é administrar e cuidar dos interesses do seu povo. O que se pretende agora reconstruir no CDS é uma estratégia comum, dentro de um ideário democrata cristão, conservador e liberal. Onde se deva conseguir garantir, a todos, o total reconhecimento dos seus direitos, dos seus deveres, das suas convicções, das suas memórias e tradições, do seu património, para que todos se revejam na sua identidade e suas convicções. Portugal necessita de políticas que criem riqueza e inovação, que diminuam o monstro fiscal que impede investimento, que promovam o empreendedorismo e reduzam a dependência do setor público, que atraiam população qualificada e suspendam a emigração da denominada “geração mais bem qualificada”. Portugal necessita de proteger os mais vulneráveis, os mais desfavorecidos, com políticas sociais que os integrem na sociedade e promova a dignidade do trabalho. Políticas que respeitem aqueles que, durante uma vida de esforço, merecem agora o seu descanso, de forma segura e com qualidade de vida. Portugal necessita de promover políticas de apoio às Famílias, dar a liberdade de escolha em matérias de consciência, de educação e reforçar o acesso à saúde de qualidade, quebrando dogmas ideológicos ineficientes e inúteis. Portugal precisa de valorizar as novas



gerações, promovendo oportunidades de um Futuro melhor remunerado, dando condições para construir a sua vida em habitações a custo acessível, preocupando-se com a mobilidade, com a eficiência energética e as alterações climáticas. Portugal necessita de uma maior coesão territorial, que mantenha as populações nas áreas rurais contrariando o abandono das zonas do interior, que assegure, e mesmo descrimine positivamente, a sua disponibilidade e acessibilidade aos serviços públicos, em particular a educação, saúde, cultura, desporto, que favorecem a equidade e justiça social, enfim, que sejam atrativas a novos residentes e dissuasoras do êxodo populacional. Portugal precisa, pois, das ideias que o CDS partilha e promove, da ideia de um País conquistador de pensamento, fazedor de crescimento e desenvolvimento, protetor dos desprotegidos, arrojado e audaz, glorioso e vitorioso. Porque acreditamos que o CDS faz falta a Portugal, consideramos que Guimarães seria o local preciso para relembrar as origens e reconstruir o Futuro. Decorreu, assim, o XXIX Congresso do CDS dentro da maior pluralidade, que elegeu um novo líder e redefiniu a estratégia e propostas aos eleitores. Guimarães apresenta-se como uma cidade e concelho com características não só simbólicas, mas igualmente estruturais e logísticas que convidam à realização de eventos de grande dimensão. Todavia, é justo reconhecer o incentivo, a disponibilidade, a eficiência e a organização revelada pela Tempo Livre, muito em particular pelo seu Administrador Amadeu Portilha, a quem se deve muito do sucesso e reconhecimento do Congresso. Justo é, ainda, referir, dentro do maior espírito de colaboração democrática, o apoio e disponibilidade dos serviços da Câmara Municipal de Guimarães e, em particular, do Sr. Presidente da Câmara Dr. Domingos Bragança, a quem muito agradecemos a presença e prestimosa colaboração para a organização do Congresso. Pois está o CDS bem vivo. Vivo para estar

disponível para a comunidade, para construir uma sociedade mais justa, mais igual, que respeite o indivíduo, a Família, o património, no seguimento dos ensinamentos do Papa Francisco que relembra que a diversidade é uma riqueza, nunca a causa de uma exclusão.” -----

Pedro Manuel da Silva Mendes, do Grupo Parlamentar do PS, fez a sua intervenção, lendo, em voz alta, o texto que a seguir se transcreve: “Longe vão os tempos em que a direita, quer a nível nacional, quer a nível local, clamava pelo diabo. O meritório trabalho dos governos do Partido Socialista não deixou pedra sobre pedra nesse argumentário Dantesco e cheio de acrimónia, quase prazeroso, da direita política portuguesa. Claro que ainda por aí há alguns dos costumeiros Velhos do Restelo, que não perdem a esperança, citando Luiz Vaz de Camões, do aparecimento de novos perigos e tormentas, mas a realidade é que os números falam por si: - Números de hoje dão-nos nota de que Portugal, quer se fizermos a comparação homóloga, quer em cadeia, foi o país da União Europeia que mais cresceu no primeiro trimestre deste ano, 11,9%, tendo mesmo o PIB ultrapassado mesmo os níveis pré-pandemia. - Em 2021, tivemos um crescimento económico de 4,9%, acima das previsões de todas as instituições nacionais e internacionais, e acelerando a recuperação económica depois do ano de 2020, com um impacto brutal por causa da Pandemia da Covid-19. - Segundo o último relatório do FMI, Portugal crescerá acima da média da Zona Euro até 2027, continuando assim a trajetória de convergência iniciada em 2016, e apenas interrompida pela pandemia. Sim, Portugal está, desde 2016, a convergir, e não a divergir, como muitos querem fazer querer, da União Europeia. - A Inflação manter-se-á abaixo da média da Zona Euro até 2027, segundo o mesmo relatório. - Portugal teve o 3.º melhor comportamento de toda a UE no que ao Comércio Nacional diz respeito. - Face a Fevereiro de 2020, mês ainda não afetado pela Pandemia da Covid-19, as exportações aumentaram, segundo dados do INE,



20,3%! Temos ainda, segundo dados do Instituto Europeu de Patentes, o aumento do número de pedidos de patentes em 14%, com particular incidência na tecnologia informática e na biomedicina, o crescimento mais forte na Europa, e mais de cinco vezes a taxa média da União Europeia, de 2,7%. - A juntar a todos estes números, temos aquela que pode ser considerada a cereja no topo do bolo: Portugal regista neste momento o desemprego mais baixo dos últimos 20 anos, com menos 13,3% de desempregados em comparação com o mês de Fevereiro de 2021. Tudo isto, caras deputadas e deputados, ao mesmo tempo que o país apresenta contas certas, com cumprimento das regras europeias do défice abaixo dos 3%. Enquanto alguns se arrogavam como os pais e mães das contas certas, a verdade é que foi o Partido Socialista que apresentou o primeiro *superavit* da história da democracia portuguesa, deixando o país preparado para absorver o embate da pandemia da COVID-19. Tudo isto, caras deputadas e deputados, ao mesmo tempo que se aumentavam os rendimentos dos portugueses, com subida do salário mínimo em 39,6% e do salário médio em 11,4%, e se reforçavam os serviços públicos na educação, saúde, e segurança social, que com a força e vigor dos nossos funcionários públicos, tantas vezes vilipendiados, tão importantes foram para fazer frente às dificuldades que encontramos em 2020 com a já citada pandemia da Covid-19. Mas não é só do governo central que o Partido Socialista se deve orgulhar. Também em Guimarães temos de nos orgulhar do trabalho desenvolvido pela Câmara Municipal e pelos executivos do Partido Socialista. Analisemos os números: - Até 2020, ano em que sofreu o impacto da supracitada pandemia da Covid-19, a faturação das empresas vimaranenses vinha de uma década inteira de crescimento ininterrupto. - No que diz respeito às exportações, Guimarães encontra-se, segundo dados da PORDATA de 2021, em 7.º lugar a nível

nacional, curiosamente, e uma vez que nesta Assembleia temos muito quem goste de comparações com alguns dos nossos Concelhos vizinhos, Guimarães encontra-se em primeiro lugar no que às exportações diz respeito, se compararmos com os restantes municípios do Quadrilátero Urbano. -No que diz respeito ao volume de negócios das empresas, e também segundo dados da PORDATA, Guimarães encontra-se em 14.º lugar a nível nacional, ficando, no que diz respeito apenas ao quadrilátero, apenas atrás de Braga neste indicador. Estes números são claros a provar que a estratégia definida pelo Município para o desenvolvimento económico está a dar frutos, respeitando a visão de futuro apresentada pelo Partido Socialista e sufragada pelos vimaranenses, não esquecendo nunca a inclusão e a justiça social, o respeito pelo meio ambiente e pela sustentabilidade, fomentando uma economia cada vez mais verde, alavancando novos modelos de negócio e fazendo crescer aqueles já existentes no Concelho, acrescentado valor tecnológico mas também humano, reforçando as competências dos trabalhadores e promovendo a reconversão profissional, continuando e reforçando a aposta na educação, na ciência e na tecnologia, por forma a conseguirmos alargar a via de transmissão de conhecimento da academia para as empresas e para a sociedade, mas também criando condições para atrair cada vez mais investimento, criando, se necessário, novas ferramentas de apoio à atração desse investimento, complementando assim o trabalho que tem vindo a ser desenvolvido pelo município, mas fazendo tudo isto sempre com os olhos postos no futuro, e caminhando para proporcionar aos nossos cidadãos cada vez mais qualidade de vida, e às futuras gerações cada vez mais oportunidades de se sentirem felizes e realizados em Guimarães. Termino, caras deputadas e deputados, citando o grande Miguel Torga: “a maravilha da vida é tudo nela ter justificação”, e é, não só, mas também, no magnífico trabalho económico quer do governo, quer do executivo municipal de Guimarães, liderado pelo



Dr. Domingos Bragança, que encontramos justificação para os resultados eleitorais que, eleição após eleição, dão mais força ao Partido Socialista.” ----

O Presidente da Câmara Municipal reiterou a importância de haver união no Quadrilátero Urbano, assim como na CIM do Ave e na CIM do Cávado, porque entende ser mais fácil convencer o Governo e a União Europeia a levar à prática os investimentos estratégicos pretendidos no âmbito da mobilidade. Transmitiu que a criação de uma Unidade de Saúde Familiar na encosta da Penha tem sido abordada nas reuniões que tem ocorrido com a Direção Regional de Saúde do Norte, sendo, por isso, um tema que não está esquecido. Comunicou que, há cerca de 15 dias, todos os concelhos desta área geográfica e que estão incluídos para prospeção de lítio, reuniram em Guimarães e acordaram dar início à elaboração de um estudo, a realizar pela Universidades do Minho e Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, de forma a perceber os efeitos da extração do lítio, as consequências e a cadeia de valor e suas repercussões ao nível ambiental, estudo esse, que após a sua conclusão, trará, para conhecimento, à Assembleia Municipal. Sobre o edifício do Teatro Jordão, que disse ser uma obra de requalificação excepcional, elogiou o programa que foi trabalhado pela Universidade do Minho e pela Sociedade Musical de Guimarães para ocupação desse espaço. Sobre a Cooperativa Taipas Turitermas, começou por referir que cabe aos órgãos sociais, Direção, Conselho Fiscal e Assembleia Geral decidir as questões de pormenor da sua gestão. Ainda assim, confirmou que existe uma dívida elevada e um financiamento desadequado, sendo necessário encontrar quadro legal para resolver esta situação. Acrescentou que os investimentos em causa, requalificação do edifício termal e a construção do polidesportivo, são obras de grande valor para a Vila das Taipas e para Guimarães, mas são investimentos fixos corpóreos que não geram receitas para suportar as

despesas correntes e de funcionamento, pelo que considerou importante encontrar novos modelos de gestão, nomeadamente de concessão. Proseguiu, dizendo que discordava de Rui Armindo Freitas, porquanto considerava que Guimarães está no caminho certo na área do desenvolvimento económico, nomeadamente, nos setores do têxtil, calçado, cutelarias, metalomecânica e agricultura, e que, por isso, está posicionada no 5º lugar do país no saldo da balança de bens de empresas. Por último, reiterou que o empoderamento e capacitação dos cidadãos, através da educação, ciência e cultura, atrai investimento e faz cidades e empresas muito mais competitivas. -----

O Presidente da Câmara respondeu aos esclarecimentos que lhe foram solicitados por José Manuel Torcato Ribeiro, Rui Armindo da Costa Freitas, Manuel José Araújo Ribeiro, André Filipe Mendes de Castro Almeida e Sónia Cristina Patrocínio Gonçalo Ribeiro. -----

----- **PERÍODO DESTINADA AO PÚBLICO** -----

Não ocorreu qualquer intervenção. -----

----- **ORDEM DO DIA** -----

----- **DELIBERAÇÕES** -----

ASSEMBLEIA -----

1 - APROVAÇÃO DA ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, REALIZADA EM 29 DE DEZEMBRO DE 2021. Submete-se à votação da Assembleia Municipal, nos termos do n.º 2, do artigo 5º, do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a ata da sessão ordinária da Assembleia Municipal realizada no dia vinte e nove de dezembro de dois mil e vinte e um, tendo sido dispensada a sua leitura por ter sido entregue a todos os membros da Assembleia, juntamente com a agenda desta sessão. -----

A Assembleia **DELIBEROU APROVAR** por unanimidade. -----

Não participaram na votação da Ata, por não terem estado presentes na



sessão, os seguintes membros: José de castro Dias, Idálio Manuel Pereira de Oliveira, Francisco José Mendes Pereira, Dionísio Cardoso Ribeiro, Eugénia da Conceição Pereira da Silva, Emídio Guerreiro, André Faria Ferreira, André Filipe de Castro e Sousa Casalta, Rui Armindo da Costa Freitas, Pedro Alberto Mendes Ferreira, Francisco José Araújo Tadeu Ribeiro, Armando de Jesus Freitas Fontão, João Manuel Gonçalves Miranda, Natália Maria da Silva Fernandes Ribeiro, Samuel Armando Oliveira Ribeiro, António Paulo Pereira Faria, José Inácio da Fonseca, Augusto Machado Pereira e Manuel Francisco de Carvalho.-----

2 - APROVAÇÃO DA ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, REALIZADA EM 30 DE DEZEMBRO DE 2021.

Submete-se à votação da Assembleia Municipal, nos termos do n.º 2, do artigo 5º, do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a ata da sessão ordinária da Assembleia Municipal realizada no dia trinta de dezembro de dois mil e vinte e um, tendo sido dispensada a sua leitura por ter sido entregue a todos os membros da Assembleia, juntamente com a agenda desta sessão. -----

A Assembleia **DELIBEROU APROVAR** por unanimidade. -----

Não participaram na votação da Ata, por não terem estado presentes na sessão, os seguintes membros:

José de castro Dias, Idálio Manuel Pereira de Oliveira, Francisco José Mendes Pereira, Dionísio Cardoso Ribeiro, Eugénia da Conceição Pereira da Silva, Emídio Guerreiro, André Faria Ferreira, Pedro Alberto Mendes Ferreira, Francisco José Araújo Tadeu Ribeiro, Armando de Jesus Freitas Fontão, José de Castro Antunes, Natália Maria da Silva Fernandes Ribeiro, Marta Filipa da Silva Gonçalves, José Augusto da Costa Araújo, Tiago José Xavier da Silva, Vítor Manuel da Silva Pais, Samuel Armando Oliveira Ribeiro, António Paulo Pereira Faria, José Inácio da Fonseca, Augusto Machado Pereira e Manuel Francisco de Carvalho. -----

3 - APROVAÇÃO DA ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA

MUNICIPAL, REALIZADA EM 11 DE FEVEREIRO DE 2022. Submete-se à votação da Assembleia Municipal, nos termos do n.º 2, do artigo 5º, do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a ata da sessão ordinária da Assembleia Municipal realizada no dia onze de fevereiro de dois mil e vinte e dois, tendo sido dispensada a sua leitura por ter sido entregue a todos os membros da Assembleia, juntamente com a agenda desta sessão. -----

A Assembleia **DELIBEROU APROVAR** por unanimidade. -----

Não participaram na votação da Ata, por não terem estado presentes na sessão, os seguintes membros: Vasco Manuel Azevedo Marques, Clara Sofia Abreu Barros, Francisco da Costa e Silva, José de Castro Dias, Idílio Manuel Pereira de Oliveira, Francisco José Mendes Pereira, Dionísio Cardoso Ribeiro, Rui Armindo da Costa Freitas, Pedro Alberto Mendes Ferreira, Francisco José Araújo Tadeu Ribeiro, Inês Alves Rodrigues, Célia Maria Abreu Magalhães, Armando de Jesus Freitas Fontão, José Pereira da Silva, António Brás Mendes Pereira, Samuel Armando Oliveira Ribeiro, António Paulo Pereira Faria e José Inácio da Fonseca.-----

4 - APROVAÇÃO DA ATA DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA

MUNICIPAL, REALIZADA EM 11 DE MARÇO DE 2022. Submete-se à votação da Assembleia Municipal, nos termos do n.º 2, do artigo 5º, do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a ata da sessão extraordinária da Assembleia Municipal realizada no dia onze de março de dois mil e vinte e dois, tendo sido dispensada a sua leitura por ter sido entregue a todos os membros da Assembleia, juntamente com a agenda desta sessão. -----

A Assembleia **DELIBEROU APROVAR** por unanimidade. -----

Não participaram na votação da Ata, por não terem estado presentes na sessão, os seguintes membros: Sónia Ermelinda Matos Silva Fertuzinhos, Hugo Francisco Monteiro Teixeira, José Manuel Nogueira Teixeira Batos,



Augusto Rafael Capela Duarte, Carlos Alexandre Lopes Rodrigues Ribeiro, Clara Sofia Abreu Barros, Isabel Filipa de Lemos Moreira Leite, Pedro Alberto Mendes Ferreira, Francisco José Araújo Tadeu Ribeiro, Inês Alves Rodrigues, Célia Maria Abreu Magalhães, Armando de Jesus Freitas Fontão, José Pereira da Silva, António Brás Mendes Pereira, João Manuel Gonçalves Miranda, Carlos Alberto Alves Miranda de Oliveira, Rui Porfírio Lopes Silva, António Paulo Pereira Faria e José Inácio da Fonseca. -----

RELATÓRIO E CONTAS -----

5 - RELATÓRIO E CONTAS 2021. Submete-se à discussão e votação da Assembleia Municipal proposta designada por “Relatório e Contas 2021”, aprovada pelo Órgão Executivo em sua reunião realizada no dia vinte e um de abril de dois mil e vinte e dois, que aqui se dá por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **6 – CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS - RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS E RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES – APRECIÇÃO.** Submete-se à apreciação da Assembleia Municipal a Certificação Legal das Contas- Relato sobre a auditoria das demonstrações financeiras consolidadas e relato sobre outros requisitos legais e regimentais, apreciada pelo Órgão Executivo em sua reunião realizada no dia vinte e um de abril de dois mil e vinte e dois, que aqui se dá por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas.-----

Tiago Vieira Laranjeiro, do Grupo Parlamentar Municipal do PSD, fez uma intervenção, lendo, em voz alta, o texto que a seguir se transcreve: “Discutimos aqui o Relatório e Contas do ano de 2021. Um ano interessante para esta discussão, por ser o ano de eleições autárquicas e de início de mandato deste Executivo. O Relatório e Contas retrata, do ponto de vista contabilístico, a atividade do Município ao longo do último ano. Tem uma

forma e uma linguagem muito próprias. Técnicas. Não entrarei nessa discussão técnica sobre a exatidão legal com que este documento retrata do ponto de vista contabilístico o que a Câmara fez no último ano, nem o seu estado. Até porque assim o atesta o relatório da minuta da certificação legal das contas. Poderia então entrar numa discussão de detalhe de números em específico. E este relatório é abundante em dados interessantes, particularmente sobre a evolução da situação financeira do Município. Mas sobre isso já discutiremos daqui a dois pontos, quando tratarmos da contratação de empréstimos. Ou falar sobre o facto de 1,5% da população ativa do concelho de Guimarães estar empregue diretamente no Município. Faltando aqui consolidar os números das entidades para-municipais. O que certamente fará do Município o maior empregador do concelho. E que, para a dimensão de Guimarães, daria uma discussão interessantíssima sobre o estado do concelho e sobre o futuro que estamos a construir, dado o seu peso na economia local. Mas fica para outras viagens. Numa cidade que carrega a bandeira da cultura, e que quer erguer a da criação artística, cai bem o paralelismo - nada original, diga-se - entre política e arte. E que encontra reflexo nesta obra, pela sua técnica particular, que é o relatório e contas. Daí que devamos avaliar o que nos diz este documento sobre o “estado da arte” do Município. Vejamos: como se insere esta obra nas grandes correntes artísticas do momento? Estamos perante uma obra verdadeiramente inovadora? Dificilmente se poderá concordar com isso. Não há nada que se saliente particularmente. Há, sim, uma gestão responsiva aos desafios que vão emergindo, sem grandes rasgos. Vejamos diferentes áreas: mobilidade. Desde 2013 que se anunciam grandes revoluções. Havia um entrave: o contrato de concessão em vigência. O contrato mudou no final de 2021. E o que surge aqui? Neste orçamento não se encontram obras nem pinceladas que nos permitam ver as mudanças prometidas: do teleférico para as Taipas



ao metro de superfície, da alta velocidade aos transportes de grupos mais pequenos para servir as populações mais distantes dos centros do concelho ou à mobilidade suave. Vêm-se em vários pontos os problemas: o congestionamento do tráfego, que gera infrações, acidentes e incidentes nos centros urbanos. Soluções? Poucas, e mais do mesmo. E das expansões, conversões, reabilitações urbanas, ARUs, ORUs, e outros quejandos? Poucoquinho... Não chega. E o urbanismo? Avançou-se na desmaterialização dos processos... Seria interessante perceber-se a duração dos procedimentos na Câmara Municipal, desde o seu início até à sua conclusão, para se perceber a eficácia do Município e o seu contributo para esta área de desenvolvimento do concelho. E a dinâmica da atividade económica? Afinal, este orçamento foi o último em que participou o anterior vereador do desenvolvimento económico. O mesmo que prometera a maior revolução para Guimarães desde que Mumadona Dias decidiu construir o mosteiro e o castelo! Não se surpreendam. Em 2018, o vereador Ricardo Costa anunciava investimento de 200 milhões de euros para Guimarães - o equivalente a duas Capitais Europeias da Cultura - para revolucionar o tecido empresarial. Onde está o resultado? Esclareceu depois o Senhor Presidente que eram investimentos também de privados. Aqueles que a câmara potencia encontram-se no relatório e contas nos PEIMs. Resultado? Quatro candidaturas terminadas, num total de 4,2 milhões de euros de investimento. Mas o que nos diz este R&C sobre a ação do Município no desenvolvimento económico? Vamos ver: vias de ligação, reperfilamento de vias, “conservação corrente do pavimento das vias do concelho”. Penso que se esclarece a si mesmo o papel que vê no desenvolvimento económico. E na habitação? Cito: “Foram desenvolvidas ações inerentes ao consagrado na estratégia local de habitação, bem como o estudo de enquadramento de possíveis caminhos a adotar na concretização

da denominada 'habitação acessível'". Está dada a pincelada no tema. Mas, voltando à metáfora artística: nenhum artista vive isolado. Comunica com os seus pares, compara-se com a criação artística sua contemporânea. Como compara a obra em Guimarães com a obra realizada à nossa volta? Sobre a habitação, os nossos "estudos de enquadramento de possíveis caminhos" contrastam com as candidaturas preparadas ao PRR de Famalicão, de centena e meia de milhões de euros. Ainda que nem tudo seja executado, é muita concretização rumo a uma habitação mais sustentável no concelho vizinho, perante preços crescentes da habitação. Sobre o desenvolvimento económico, comparem-se os anúncios de Guimarães com as novas empresas criadas e atraídas para Braga. Em setores de ponta, de elevado valor acrescentado, em particular das tecnologias de informação, aproveitando bem o potencial criado pela Universidade do Minho nos dois concelhos. São empresas com elevado valor acrescentado, com empregos qualificados e bem remunerados, que fazem girar a economia e criam oportunidades a toda a linha à sua volta. E Guimarães? Concedendo que temos um setor fortemente industrializado. Mas também aí são muitos os casos de empresas que deixam o nosso concelho. E Famalicão, novamente, assumiu nos últimos anos a bandeira de Capital do Têxtil, bandeira que deixamos cair a favor de Guimarães Marca. Bem como a forte capacitação e investimentos feitos através de centros de inovação como o CITEVE ou exemplos bem sucedidos de incubação de empresas que acontecem em Famalicão, deixando um sentimento de vazio quando comparamos com o que alcançamos em Guimarães. E nisto repetimos também em quase todos os setores. Educação? Famalicão. Transportes públicos? Braga. Mobilidade? As melhorias de Braga e Famalicão contrastam com o imobilismo local. A obra insere-se no seu contexto e no seu tempo. Poderíamos estar perante uma inovação absolutamente brilhante, inovadora, disruptiva. Mas penso que nem o PS iria



tão longe na sua análise: falam mais na “excelência” da gestão quotidiana ou nos pequenos resultados alcançados, sem nunca comparar com o que se passa fora das fronteiras do concelho. Entramos na reta final deste capítulo da nossa história política. O Presidente Domingos Bragança começa aqui a traçar o seu legado. Como qualquer obra artística, o melhor juiz será o tempo. Mas o tempo corrido e a obra feita deixam um travo amargo. Um sabor a pouco perante as oportunidades que se nos apresentam.” -----

Sónia Cristina Patrocínio Gonçalo Ribeiro, do Grupo Parlamentar do BE, começou por referir que o relatório e contas é o documento que resulta do trabalho que o Município efetuou durante o ano e demonstra as opções que a maioria que o suporta, em seu tempo, aprovou. Todavia, e por razões diferenciais, anunciou que, naturalmente, estas opções não merecem a aprovação do Bloco de Esquerda, que, apesar de respeitar democraticamente as decisões da maioria, não pode deixar de afirmar que tem conceções políticas diferentes no que toca às prioridades estratégicas que pensa para o Município. Disse, depois, que as autarquias estão hoje perante novos desafios quanto à gestão territorial e urbana, de modo a resolver desequilíbrios, orientar os processos de desenvolvimento e ter uma perspetiva integradora a nível setorial e territorial, tudo num quadro de novos problemas sociais, como a escalada dos preços, o aumento da inflação e a emergência climática. Referindo-se à informação prestada pelo Revisor Oficial de Contas, disse querer saber que dados não foram disponibilizados pela Autarquia e que não permitiu à entidade terminar a análise dos direitos, obrigações e eventuais responsabilidades emergentes dos contratos de concessão de serviços, de forma a dar cumprimento à Norma de Contabilidade Pública 4, e, por esse motivo, desconhecer o impacto que essa conclusão poderia provocar nas demonstrações financeiras separadas. Quanto à taxa de execução, que nas

receitas de capital é boa e nas despesas de capital é muito baixa, considerou demonstrativo da incapacidade de investimento, por ser nas despesas de capital que estão incluídas as transferências de verbas para as freguesias, instituições, associações e famílias. Concluiu, realçando que, numa altura de pandemia e de crise económica e social, haver cativação orçamental é descabido, porque as verbas destinadas a melhorar a qualidade de vida dos vimaranenses ficam longe da meta, o que a entristece e que, naturalmente, não irá passar despercebido aos vimaranenses. -----

José Manuel Torcato Ribeiro, do Grupo Parlamentar da CDU, começou por salientar que o ano de 2021 foi um ano especial, entre outras razões, marcado pelo encerramento do Mandato e, por consequência, o respetivo relatório e contas devia ser apreciado com o fecho da atividade da Câmara Municipal dos quatro anos de Mandato. Revelou que a CDU tem uma opinião negativa do Mandato devido aos atos falhados de gestão, justificado pelo vazio verificado no capítulo da habitação para pessoas com baixos rendimentos. Acrescentou que a política de habitação do Partido Socialista tem-se resumido a corresponder às iniciativas dos privados, os quais lançam projetos a que os cidadãos de menores recursos financeiros não têm condições de se candidatar. Ainda neste âmbito, considerou urgente a construção de habitação a preços acessíveis, como reiteradamente a CDU tem vindo a exigir, bem como seja encontrada a resposta que os moradores dos bairros sociais esperam há anos, incitando a que a Câmara Municipal, na defesa dos seus munícipes, confronte o IHRU com a sua demissão e exija medidas concretas para resolução destes problemas, deixando de lado a retórica. Prosseguiu, referindo a arrogância revelada no caso das obras do Centro Cívico das Taipas, outra marca indelével da gestão do Partido Socialista do mandato anterior, dizendo tratar-se de uma obra que decorre a passo de lesma e que tem sofrido constantes atrasos, o que prejudica o trânsito, os comerciantes e os



residentes, sem que tenha havido, até à presente data, qualquer pedido de desculpa da parte da Autarquia Socialista. Por fim, atendendo à falta de uma real política de habitação que sirva os interesses de famílias de menores recursos económicos e a arrogância revelada no caso das obras da responsabilidade da Câmara Municipal a ocorrer no Centro Cívico das Taipas, anunciou que a CDU não aprova a gestão do Partido Socialista do Mandato concluído em 2021 e, concomitantemente, reprovava o relatório e Contas do último ano do referido mandato. -----

Paulo Miguel Lima Peixoto, do Grupo Parlamentar do CDS-PP, fez a sua intervenção, lendo, em voz alta, o texto que a seguir se transcreve: “Quando se analisa qualquer Relatório e Contas, a primeira tentação é sem dúvida ir verificar a última linha da Demonstração de Resultados, aquela que diz respeito ao Resultado Líquido do Exercício. E neste caso concreto, constata-se que o Resultado Líquido do Município de Guimarães referente ao ano de 2021 é de cerca um milhão e meio de euros. A outra reação que ressalta logo à vista é a comparação com o Resultado Líquido de 2020, que, foi de cerca de quatro milhões de euros. Ou seja, há um decréscimo de 2,5 de Euros de Resultado Líquido de um ano para o outro. Contudo, não obstante, sermos intransigentemente defensores das contas certas, este decréscimo do Resultado Líquido não nos parece um dado por demais relevante, por duas ordens de razão: Primeiro, porque a Câmara Municipal tem uma função sobretudo social e não uma função que vise objetivamente a obtenção do lucro; Segundo, porque estamos a falar de um ano absolutamente atípico, condicionado pelos efeitos da pandemia COVID 19. No entanto, há outros dados que já nos preocupam e que, passamos a partilhar. Se acabamos de referir os impactos da pandemia COVID 19 nas contas públicas, também não os podemos dissociar do mesmo impacto, desta vez, na vida dos cidadãos.

Estamos a falar dum orçamento previsto de 115,8 milhões de euros, que depois, foi executado em 118,2 milhões de euros. E a verdade é que a receita corrente do Município cresceu quase 7 milhões de euros entre o orçamentado e o executado. E este crescimento ficou a dever-se, maioritariamente, à custa do bolso dos vimaranenses. O que comprova que o CDS tinha razão quando, nesta mesma Assembleia, reclamou a descida de impostos, designadamente do IMI. Outro dado que faz sentido analisar, diz respeito à despesa corrente que passou dos 68,3 milhões para os cerca de 71 milhões de euros. Ou seja, de forma muito básica quer dizer que o município subiu a receita em 7 milhões de euros e, em contrapartida, subiu a despesa, apenas, em 3 milhões de euros. Ora, o que isto quer dizer? Quer dizer que, o CDS tinha razão quando apelou várias vezes ao executivo para dar mais atenção aos comerciantes e para os apoiar de forma direta, num período excecional e ímpar, pois, em bom rigor havia margem orçamental, sem pôr em causa as contas certas. O que, com o mesmo rigor, estas contas vêm agora, definitivamente, comprovar. Reparem que a execução orçamental das receitas se cifrou nos 98,6%, quando a execução das despesas ficou pelos 79,26%. Portanto, repetindo que do ponto, de vista económico as contas são equilibradas, entendemos que do ponto de vista político e das suas prioridades, as mesmas ficam aquém do que é expectável para um concelho com os pergaminhos e as ambições que Guimarães tem. Desde logo por questões sociais, onde os vimaranenses não foram poupados à carga de impostos. Basta verificar a execução da receita e a sua cobrança de impostos. E nas questões estratégicas do ponto de vista económico, quando verificamos que as despesas ficam aquém do previsto. Isto porque, Guimarães não evolui. Isto porque, Guimarães faz despesa corrente e não faz despesa de investimento. Isto porque Guimarães mantém-se na sua velocidade de cruzeiro, a ver os seus concelhos limítrofes a ultrapassar-lhe em quase todos os indicadores e, ano após ano, a perder



competitividade. Por isso, não pelo conteúdo das contas, mas sim, pelas decisões políticas que nos conduzem a estas prioridades, com as quais, naturalmente não concordamos, somos obrigados a votar contra.”-----

Pedro Miguel Guimarães Marques da Cunha, do Grupo Parlamentar do PS, recordou que aquando da análise do Plano e Orçamento, havia destacado como pedras basilares a educação, a ciência e a cultura, sendo que, nessa altura, já era compreensível que estes pilares ostentavam uma plataforma de ação mais ampla com quatro principais vetores que incidiam sobre as necessidades mais prementes dos cidadãos, do tecido cultural, empresarial, científico, social e educativo da cidade. No que toca ao Relatório e Contas, tendo por base o documento submetido, disse haver condições de compreender como se moldou a ação do Município aos desafios que enfrentou no passado ano e de que forma deu respostas às necessidades dos cidadãos e ao ímpeto de progresso e edificação de um crescimento sustentável. Acrescentou que não fará uma leitura eminentemente técnica dos diferentes domínios financeiros do relatório, mas uma avaliação política do impacto das decisões da estratégia definida pelo Executivo Municipal, democraticamente sufragada, baseada em quatro pontos cuja importância merece relevo e que, no fundo, espelham o mesmo ímpeto atrás referido. Assim, sobre o rigor das contas, baseando-se na execução orçamental a 31 de dezembro de 2021, referiu que não só apresenta taxas de execução superiores em diferentes indicadores, como permitiu, sequencialmente, um novo saldo corrente positivo, que se acumula ao já obtido em anos transatos. Referiu, também, que o Executivo Municipal cumpriu a regra do equilíbrio orçamental e colocou, deste modo, o Concelho no lote daqueles que mais rigorosamente gerem os municípios do ponto de vista do erário público. Reiterou que os objetivos da coesão e desenvolvimento territorial é construir

progressivamente um concelho mais justo e equitativo, com maior qualidade de vida, combatendo o isolamento e as assimetrias geográficas no respeito pelo meio ambiente e com vista ao desenvolvimento de uma economia circular pujante e de maior sustentabilidade económica e social. Enumerou as obras e empreitadas concluídas ao longo do ano de 2021, na sua maioria, para melhorar a acessibilidade e centralidade das diferentes freguesias e vilas do Concelho, as estruturas educativas e desportivas e a mobilidade e acesso ao serviço dos cidadãos e empresas nos quatro cantos do Concelho, ao mesmo tempo que criou condições para uma melhor aprendizagem e ensino em ambientes mais seguros e confortáveis. Sobre o desenvolvimento social, saúde e habitação, referiu que o ano de 2021 foi, possivelmente, um dos anos mais sensíveis da ação do Município, cuja importância se exacerbou durante toda a crise pandémica, combatendo a desigualdade e promovendo oportunidades justas de crescimento e desenvolvimento dos cidadãos de Guimarães, quer no domínio da aquisição de competências, quer na dimensão humana, porventura, a mais importante, salientando que mais 4,3 milhões de euros foram investidos nas pessoas mais vulneráveis, de forma direta ou através das diferentes IPSS do Concelho, por programas de colaboração institucional, instituições de solidariedade social e projetos sociais nas vilas e freguesias do Concelho e contratos programa celebrados com a Fraterna e com a Casfig. Para além disso, lembrou os investimentos na área da educação e de acesso à habitação condigna, salientando o programa de apoio ao acesso à habitação celebrado em 2021 com o Instituto de Habitação e Reabilitação Urbana (IHRU) que prevê o investimento de 13 milhões de euros nos próximos seis anos em diferentes soluções habitacionais, participado em 11,5 milhões de euros no âmbito do PRR, e que será complementado pelo Regulamento de Acesso a Benefícios Fiscais para o arrendamento a custos acessíveis e à construção a custos controlados para famílias com rendimentos



moderados e pela estratégia que a Câmara assumiu de empréstimo obrigacionista, dos quais 5,5 milhões de euros serão investidos na construção de 170 fogos a custos controlados, que serão colocados ao serviço da Estratégia de Habitação Local. Considerou que a estratégia do Município no desenvolvimento económico tem ultrapassado os limites do Concelho, por compreender a necessidade de integração de qualquer política de desenvolvimento económico numa estratégia regional e de cooperação intermunicipal, mencionando, como exemplos, a aposta na criação de polos translacionais do conhecimento, o novo modelo público de transportes, a aposta na redução do tarifário em benefício direto aos utilizadores, a estratégia de benefícios fiscais e a estratégia de promoção de investimento de inovação. Em termos conclusivos, referiu que, não descurando a vertente social da redução das iniquidades e movendo-se pela nota de que ninguém ficará para trás, a Câmara Municipal de Guimarães procura atrair e promover um crescimento alicerçado no conhecimento e na ciência, que é mais moroso na transposição para a realidade, mas mais recompensante a médio e longo prazo do ponto de vista da comunidade municipal e, em todos os prazos, a nível de indivíduo. -----

O **Presidente da Câmara Municipal** contrariando as palavras de Tiago Laranjeiro começou por citar que *“o pior cego é aquele que não quer ver”*, relembrando que Guimarães está em quinto lugar de saldo da balança de bens e empresas e que em 2021 teve um volume de exportação superior ao Concelho de Braga. Depois, explicou que o aumento do número de funcionários do quadro da Câmara Municipal de Guimarães resulta das transferências de competências do Estado, como já ocorreu com as escolas e os centros de saúde, reconhecendo, inclusive, que poderá vir a aumentar. Transmitiu não haver memória de tanto investimento como o que houve, e

está a haver, na Vila das Taipas, designadamente, com a requalificação da Escola EB 2,3, a requalificação da Alameda e do seu Centro Cívico, lembrando, contudo, que todas as obras que foram levadas a cabo no período pandémico ficaram marcadas pela falta de mão-de-obra, aumento de preços no setor da construção e pelos atrasos devido aos isolamentos profiláticos que, naturalmente, também afetam os trabalhadores das empresas de construção civil. Quanto à diminuição do resultado líquido em 2021, comparativamente a 2020, anunciou estar relacionada com a atribuição de subsídios diretos de combate à pandemia, particularmente nas áreas do social e da mobilidade. Descrevendo as grandes obras como a reabilitação do edifício do Teatro Jordão e Garagem Avenida, a requalificação da Rua da Caldeiroa, Rua D. João I e ruas adjacentes ao Castelo e Paço dos Duques, recordou que todas tiveram comparticipação financeira de Fundos Comunitários na ordem dos 80%, valores animadores porque refletem um investimento municipal de apenas 20%. Defendeu, mais uma vez, que a ciência, a educação e a cultura é o caminho para um desenvolvimento sustentável, mesmo não sendo para o imediato, mas para um desenvolvimento duradouro. Concluiu, lamentando que a oposição continue a comparar Guimarães com os municípios vizinhos, porque, embora desejando que o Concelho de Guimarães siga em frente no futuro, ambiciona, igualmente, o desenvolvimento do Quadrilátero Urbano, da CIM do Ave e CIM do Cávado.-----

O Presidente da Câmara Municipal respondeu aos esclarecimentos que lhe foram solicitados por Tiago Vieira Laranjeiro e Paulo Miguel Lima Peixoto. --

A Assembleia **DELIBEROU APROVAR** o ponto 5, por maioria, com **59 votos a favor** (24 eleitos do PS e 35 Presidentes da Junta de Freguesia do PS), **32 votos contra** (12 eleitos do PSD, 10 Presidentes de Junta de Freguesia do PSD, 4 eleitos do CDS-PP, 1 Presidente da Junta de Freguesia do CDS-PP, 3 eleitos da CDU, 1 eleito do CH e 1 eleito do BE) e **1 abstenção** (1 eleito da IL).-----



CÂMARA -----

7 - ANÁLISE DO RELATÓRIO DA ATIVIDADE DA CÂMARA MUNICIPAL DE GUIMARÃES. Submete-se à apreciação da Assembleia Municipal o relatório acerca da atividade da Câmara Municipal de Guimarães, no período compreendido entre um de fevereiro e trinta e um de março, que aqui se dá por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas. -----

André Filipe Mendes de Castro Almeida, do Grupo Parlamentar do CH, começou por felicitar a Câmara Municipal pela criação do gabinete descentralizado de Apoio às Vítimas de Violência Doméstica. Neste âmbito, sugeriu que o valor a desembolsar para o campo de jogos de Pinheiro fosse aplicado na criação ou arrendamento de mais gabinetes de apoio às vítimas de violência doméstica, nomeadamente Ronfe, Caldelas, S. Torcato e Abação. Finalizou, perguntando se a Câmara Municipal tem todos os equipamentos necessários, assim como, o que está levar a cabo para combater a praga provocada pelas vespas velutinas. -----

Emídio Guerreiro, do Grupo Parlamentar do PSD, referiu ter tomado conhecimento do pedido de cessação de funções do diretor do Departamento de Desenvolvimento do Território e, segundo disse, numa ocasião particularmente estranha, dado que estamos no início de um novo Mandato Autárquico e num momento fundamental no que diz respeito à tomada de decisões ao nível do planeamento/ordenamento territorial, em que a estabilidade desta unidade orgânica é crucial. Assim, disse querer saber o que efetivamente provocou esta demissão, uma vez que, em reunião do Executivo Municipal, o Presidente da Câmara havia explicado que tinha sido voluntária e por alegado cansaço, mas para o final da sua intervenção, deu a entender haver outras matérias que levaram a este desfecho. Recuou há três meses atrás para lembrar que o Presidente da Câmara havia dito que estava tudo

praticamente resolvido para que a Unidade de Hemodinâmica do Hospital da Nossa Senhora da Oliveira entrasse em funções, perguntando se tal correspondia à verdade e, se sim, para quando a sua entrada em funções. Sobre o processo de descentralização de competências, começou por considerar preocupante a reduzida taxa de concretização, reiterando a importância da política chegar às pessoas para que quem está mais próximo possa resolver os seus problemas. Continuou, lembrando que o PSD tem estado solidário com a Câmara Municipal, inclusive na rejeição de muitas das propostas que o Governo tem apresentado aos Municípios, mas disse que é tempo de dar o passo e criar condições para que esta reforma da descentralização se faça, com a devida transferência financeira para os municípios, nem que, para tal, o Governo tenha que alterar o modelo que está desenhado para o efeito.-----

Sónia Cristina Patrocínio Gonçalo Ribeiro, do Grupo Parlamentar do BE, fez a sua intervenção, lendo, em voz alta, o texto que a seguir se transcreve: Começarei a minha intervenção destacando um tema que foi já levantado pelo Bloco de Esquerda, numa sessão anterior nesta mesma Assembleia – o novo gabinete de apoio à vítima de violência doméstica de Lordelo. Anteriormente, exprimimos a nossa preocupação com a falta de recato e privacidade deste mesmo espaço, instalado numa superfície comercial, não salvaguardando o direito à discrição destas vítimas, podendo, até, em último caso, inibi-las de recorrer ao espaço por receio de exposição pública. Nesse sentido, o Bloco de Esquerda compromete-se a apresentar uma postura de escrutínio e permanente avaliação do impacto deste gabinete, contribuindo para que desta reflexão se retirem as devidas conclusões relativamente à eficácia do mesmo no cumprimento do seu principal propósito. Questionamos, então, o Executivo Municipal no sentido de averiguar que procedimento foi adotado de avaliação do impacto desta política pública: É



possível até à data perceber quantas vítimas recorreram a este serviço? É possível indagar sobre o seu sentimento relativamente à falta de privacidade do espaço, refletindo sobre o seu efeito na adesão das vítimas? Sendo esse efeito negativo, que medidas se pretendem implementar para superar o problema? Em relação à parceria com a entidade privada, a mesma tem produzido adesão e efeitos positivos para as vítimas que recorreram ao gabinete, nomeadamente na utilização dos vouchers oferecidos pela entidade e pelas ofertas de emprego que a mesma iria alocar para estes casos? Estas questões devem ser colocadas nesta fase inicial da implementação deste gabinete, sob pena de não recolhermos dados para a avaliação posterior desta política. Esperamos uma resposta a estas preocupações por parte do Executivo, que permitam avaliar se este modelo é, ou não, o mais adequado no combate a um problema estrutural, tão presente, infelizmente, na nossa sociedade. Pretendemos, ainda, dar voz nesta Assembleia às preocupações dos estudantes da Escola de Artes Performativas e da Escola de Artes Visuais da Universidade do Minho que, recentemente, se instalaram nos renovados Teatro Jordão e Garagem Avenida. O Município e bem, devemos reconhecer, pretende cimentar a posição de Guimarães como cidade universitária, conectada na aposta no Ensino Superior, na Ciência e Inovação, permitindo um novo espaço de ensino à Universidade do Minho, nos espaços atrás referidos. Esuqece, no entanto, que não apenas de primor estético se constroem as necessárias condições de aprendizagem, o eixo fundamental dessa aposta. Em declarações à comunicação social, os estudantes falam da ausência de várias oficinas, como a de metais, gravura e cerâmica. Apontam, também, a falta de ventilação do ar, de acesso à internet e de espaços de bar e cantina. As declarações do Senhor Presidente da Câmara sobre este problema merecem a nossa nota negativa. Ao dizer que “o Teatro Jordão está

excepcionalmente bem requalificado e é isso que interessa”, desqualifica as reivindicações de todo um grupo de estudantes que, preocupados com o seu percurso académico, se manifestaram no centro da cidade. Será por serem jovens ou estudantes que o Senhor Presidente ignora as suas preocupações? Onde está a real consideração pelo ensino superior? Terão sido devidamente pensadas as condições pedagógicas do edifício, a par do seu embelezamento estático, em que o Senhor Presidente unicamente se foca e que nós também sublinhamos, mas que custou 12 milhões de euros ao erário público? Perante este valor, será a adaptação e os ajustes reivindicados pelos estudantes um encargo assim tão significativo no bolo total da despesa? A Câmara possui, neste exato momento, alguma ideia da dimensão e importância dos mesmos? Pedimos ao Senhor Presidente os devidos esclarecimentos e uma maior consideração pelos estudantes vimaranenses, ou que escolheram Guimarães para prosseguir os seus estudos, que lutando pelo seu futuro, numa área tão difícil como a produção cultural e artística, pedem apenas condições básicas para o fazer.” -----

Elsa Maria da Silva Ribeiro, do Grupo Parlamentar do PS, começou por dizer que a questão ambiental assume em Guimarães um papel central e constitui, hoje, o pano de fundo para o desenvolvimento do Concelho, naquelas que são as políticas fundamentais adotadas em Guimarães. Acrescentou que falar em proteger e criar novos espaços verdes em Guimarães, é assegurar à população vimaranense uma melhor qualidade de vida, recordando que os tempos de pandemia foram tempos difíceis de restrição e de adaptação. Acrescentou, também, que ultrapassado este período mais conturbado de pandemia, aos poucos a vida voltou ao normal e os espaços verdes começaram a ser vistos, por muitos, como um espaço de liberdade onde se pode praticar exercício físico, ou, simplesmente, para espairecer. Por isso, considerou importante a criação de novos espaços verdes, mantendo os existentes, que combinem o



lazer e o recreio e que tenham capacidade atrativa para as mais diversas idades e grupos sociais, reforçando, deste modo, o conceito de corredor verde, que consolida a ligação entre vários habitats fragmentados pelo processo de urbanização crescente, indispensáveis para assegurar a mitigação ou minimização das alterações ecológicas em ambiente urbano. Prosseguiu, referindo que muito tem contribuído os diversos programas de consciencialização e educação ambiental implementados em Guimarães e que demonstram que o Município está no caminho certo, sendo exemplo disso, a aprovação da candidatura apresentada pelo Laboratório da Paisagem, ao programa “Compete 2020 REACT”, para apoio à transição climática e realização de rede hidrográfica com o projeto REACTivar Guimarães - Renaturalização dos Corredores Verdes dos Rios Ave, Selho e Vizela. Disse ser um projeto que pretende contribuir para a reabilitação da rede de corredores verdes no nosso Concelho, através da implementação de soluções de engenharia natural, acompanhadas de uma monitorização contínua, que avalie o impacto das ações de restauro ecológico e que resulta da aposta do Município de Guimarães na reabilitação dos ecossistemas fluviais, em linha com as principais diretrizes da Agência Portuguesa do Ambiente, do Ministério do Ambiente e da Ação Climática, bem como, dos objetivos e prioridades da Comissão Europeia, contando com as parcerias da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro e a Universidade do Minho. Disse, também, que o projeto contempla a realização de intervenções nas margens do Rio Ave, Selho e Vizela, os chamados corredores verdes, assim como, intervenções no leito dos respetivos rios, os chamados corredores azuis, incluindo intervenções no traçado nas já apresentadas Ecovias do Ave, Selho e Vizela, que abrange diversas freguesias, e pretende a renaturalização e reabilitação dos corredores verdes dos rios Ave, Selho e Vizela, mitigação do

efeito das cheias e inundações, através da melhoria das funções ecológicas da galeria ripícola, a estabilização das margens, por aplicação de soluções técnicas de engenharia natural, a implementação de medidas de contenção de espécies invasoras, ações de desassoreamento, incluindo remoção de obstáculos já identificados, a limpeza de vegetação do leito do rio, a execução de trabalhos de plantação das matas ripícolas, a desobstrução de açudes e obstáculos transversais no leito dos rios, a implementação do sistema de monitorização integrada, especificamente nos locais que constituem os principais pontos de rejeição de efluentes, contribuindo para assegurar uma intervenção adequada e eficaz na monitorização e fiscalização dos recursos hídricos. Disse, ainda, que pretende a informação, divulgação e sensibilização através da implementação de um plano de comunicação que potencia a divulgação da metodologia adotada, bem como, os resultados obtidos. Anunciou, por último, que a conclusão do projeto está prevista para dezembro de 2023, devendo, contudo, ter-se em consideração a elevada área de intervenção e as autorizações que irão ser necessárias. Concluiu, referindo estar ciente de que nem tudo está feito, de que ainda há muito trabalho a percorrer e aspetos a melhorar, mas dizendo sentir-se orgulhosa do caminho que Guimarães está a percorrer, sempre com o objetivo de fazer mais e melhor. -----

Rui Porfírio Lopes Silva, Presidente da Junta da Freguesia de Oliveira, S. Paio e S. Sebastião, usou da palavra para, em representação de alguns dos moradores do Centro Histórico e de algumas artérias da cidade, mostrar a sua preocupação pelo ruído provocado pelos bares e restaurantes, mais concretamente pelo alto volume da música, lembrando que há residentes nestas áreas com idade avançada, pessoas acamadas e que, por razões económicas, não podem mudar de local de residência, como já o fizeram outros moradores. Acrescentou que dadas estas circunstâncias, de dia para



dia, há menos moradores no Centro Histórico e que, por isso, há cada vez mais edifícios desabitadas.-----

Alberto Manuel Gonçalves Mota, do Grupo Parlamentar do PS, começou por elogiar a atividade desenvolvida pela Câmara Municipal, que considerou positiva. Depois, referiu que o Município concedeu apoios a associações e clubes desportivos em mais de 3 milhões de euros, que envolveu 63 clubes e cerca de 25 modalidades, para formação, para realização de obras e para a realização de eventos desportivos, nomeadamente, instalação de relvados sintéticos, remodelação de pavilhão, construção de balneários, colocação de painéis para sustentabilidade ambiental e eficácia energética, substituição de iluminação nos campos de jogos e projetos de licenciamento, sendo, claramente, uma aposta clara no desporto e nos clubes enquanto dinamizadores abrangentes em todo o território vimezanense. Acrescentou que estes apoios colocam Guimarães na lista dos municípios portugueses que mais apoia e fomenta a prática desportiva. Prosseguindo, anunciou que, no âmbito do IMPACTA – Investimento Municipal de Projetos e Atividades Culturais Territoriais e Artísticas para 2022, a Câmara Municipal de Guimarães, no primeiro semestre deste ano, atribuiu cerca de 244 mil euros a artistas e coletivos culturais, destinados a atividades de criação, edição e circulação de projetos culturais, sendo que, cerca de 100 mil euros, correspondem a atividades pontuais das associações locais. Acrescentou que o tecido associativo no território vimezanense assume uma importância na dinâmica cultural existente, resultante de uma tradição com várias décadas, para dinamização do setor e para a crescente adaptação às exigências atuais, no que à criação, apresentação e programação diz respeito. Acrescentou, também, que nas últimas duas décadas, com o marco crucial na Capital Europeia da Cultura 2012, a Câmara Municipal de Guimarães continua ao lado

dos artistas e associações vimaranenses, mesmo sendo um território com 9 vilas, 48 freguesias, distribuídas por 240 Km² de área, rural e urbana. Prosseguindo, referiu que a Câmara Municipal não esquece quem está mais longe do centro da cidade, lembrando, a propósito, a repavimentação e requalificação da EM 584, com uma extensão de 5 Km, que liga Brito a Figueiredo e Leitões, com um investimento de 1.200.000,00 (um milhão e duzentos mil euros), que promove a coesão territorial. Por último, elogiou a intervenção da Câmara Municipal, transversalmente da Vereadora da Ação Social, aquando da receção em Guimarães dos 200 refugiados Ucranianos, particularmente na cedência de alojamentos, acompanhamento e prestação de todo o apoio necessário à sua integração.-----

Pedro Alberto Mendes Ferreira, do Grupo Parlamentar do CDS-PP, fez a sua intervenção, lendo, em voz alta, o texto que a seguir se transcreve: “Constatamos o cuidado elaborado no documento, a sua extensão (recordando que quantidade pode não traduzir qualidade), demonstrando a vontade de execução de projetos por parte do executivo. Por uma questão de sistematização e atendendo ao tempo disponível para expor a análise do CDS, procuramos identificar alguns domínios que ao longo dos tempos nos tem preocupado e que gostaríamos de encontrar neste Relatório de Atividades. Desde logo, pelo período pandémico, não podemos deixar de registar a intervenção insuficiente e tardia no apoio ao comércio, com as consequentes repercussões no encerramento de pequenos negócios, como infelizmente podemos constatar presentemente em Guimarães. Referimos e voltamos a insistir que em períodos de emergência, ações rápidas e eficazes são determinantes, permitindo reduzir os efeitos nocivos e manter postos de trabalho e dinamismo económico. Dentro desse dinamismo económico, encontra-se o desenvolvimento de áreas para fixação de empresas - os projetos dos parques industriais. Temos referido até à exaustão que os



parques industriais são fundamentais para a captação de investimento nacional e estrangeiro e essenciais para que novas empresas se estabeleçam em Guimarães e criem novos postos de trabalho, preferencialmente qualificados. E apesar de ser um tema demasiado recorrente e em que todos estão de acordo, a ausência de novos parques, bem dimensionados e tecnologicamente bem estruturados, ou a valorização dos presentes, seja por serviços, acessos, é motivo de preocupação, pois continua Guimarães a perder a competitividade tão necessária para a nossa população. Gostaria o CDS de ver bem refletido neste documento em análise, bem como outros resultados provenientes da área do desenvolvimento económico e captação de empresas. Parece-nos de alguma forma grave a forma como um concelho com um histórico e património industrial como Guimarães, não veja estas questões como prioritárias, não se tenha atualizado para não perder empresas e postos de trabalho para outros concelhos, e fazer um esforço para manter a dinâmica económica que sempre o caracterizou. Um outro domínio das nossas preocupações é o Ensino, em particular quando se vai aumentar a responsabilidade do Município. E aqui, em particular, constatar o compromisso enunciado do executivo ao longo dos tempos e que gostaríamos de ver plasmados neste documento. Procuramos a intervenção na Escola EB 23 de S. Torcato, cujo equipamento escolar necessita de ser intervencionado há 20 anos. Em 2014 na reunião pública descentralizada realizada em S. Torcato informou o Sr. Presidente da Câmara, que o projeto de requalificação estava na agenda. Três mandatos passaram desde essa reunião e esse compromisso, a verdade é que a Escola continua sem ser intervencionada. Em janeiro de 2021 foi a apresentação pública do projeto. Não foi já o projeto inicial, agora contemplando grandes alterações, mas no dia da apresentação ficou o compromisso de que seria lançado a concurso público até às eleições

autárquicas do mesmo ano. Eleições passadas e um ano e 4 meses depois, ainda não foi lançado o concurso público, pelo que não consta do relatório de atividades. Poderá o projeto estar pronto para concurso público, mas a data tem de ser definida e cumprida. Pergunta-se, Sr. Presidente, para quando está previsto ser lançado a concurso público esta intervenção? Creio que pela demora de todo este tempo, uma explicação aos pais e à comunidade escolar em geral é devida. Sem nada em concreto, e já quase na época das matrículas, será normal que os pais dos alunos de S. Torcato procurem outras opções por falta de condições na Escola. Não é, seguramente, um serviço à comunidade e preocupa sobre o aumento de responsabilidades do executivo no setor. Mas não se esgota a ausência de atividade da Camara Municipal nesta área. Relembremos a Escola E B 23 João de Meira, que continua sem resolução, um ano letivo mais, do seu pavilhão gimnodesportivo. Sem ser aceitável a razão, como podemos recomendar políticas de vida saudável aos nossos jovens quando não as implementamos? Ainda, na própria Escola EB 23 João de Meira, e desde a sua génese, aguarda-se por uma biblioteca. Por erro de projeto, o espaço inicialmente dedicado à biblioteca foi reconvertido para salas de aula, com o "propósito" de que mais tarde, esse espaço seria criado. Pergunta-se se não é útil, hoje, uma biblioteca (ajustada às novas tecnologias e processos de aprendizagem/estudo) ou qual a razão que persiste para limitar a disponibilização de recursos educativos aos jovens da Escola EB 23 João de Meira? Outras áreas procuramos no sentido de reconhecer a atividade da Camara Municipal. Desde o desporto e lazer, com as novas Piscinas Municipais até a questões prementes de Saúde Pública, como o aumento do centro de recolha oficial. Mas continuamos a reconhecer que vai demasiado longo o tempo entre o anuncio, a promessa, o projeto, o concurso e a realização. "Habemus tempus".-----

José Manuel Torcato Ribeiro, do Grupo Parlamentar da CDU, disse que, face



aos novos desafios ambientais e sociais provocados pelas alterações climáticas, cujas incidências já se fazem sentir, de forma preocupante, no país com o agravamento dos períodos de seca, considerava necessárias e urgentes novas abordagens políticas, tanto a nível nacional, como local, orientadas para a adoção de soluções de forma a mitigar os efeitos do aquecimento global sustentadas na natureza. Defendeu que no Concelho, para além da importância de plantar novas árvores é, também, fundamental preservar e saber cuidar das que foram plantadas pelos nossos antepassados, ao mesmo tempo que vão construindo em memória dos locais e das gentes que os habitam, para além de as pessoas desenvolver relações de afeto com as árvores, estas também se destinam a dar sombra à alegrada monotonia do ambiente urbano e a absorver as impurezas em suspensão no ar causadas pela combustão resultante da circulação de viaturas. Acrescentou que as árvores levam décadas a ficarem adultas e, ao longo deste processo, vão construindo micro-habitat para várias outras espécies, além de reduzirem a disseminação de vários gases poluentes da atmosfera. Disse, também, que a poda é uma operação desvitalizante da árvore e que só deve ser praticada no período de repouso vegetativo, exceto se se constatar a existência de risco eminente da queda derramada em espaços públicos que ponha em causa a segurança de pessoas e bens, ou por questões de saúde ambiental, comprovadas por parecer vinculativo da entidade com competência fitossanitário. Deste modo, tendo sido removidas árvores do espaço público sem que residentes e outros interessados fossem devida, e previamente, informados e esclarecidos dos motivos da sua remoção e para quando estava prevista a sua substituição, disse querer saber para quando a conclusão do Regulamento Municipal da Gestão do Arvoredo do Meio Urbano, nos termos do artigo 8º da Lei nº 59/2021, de 18 de agosto, para aprovação nesta

Assembleia Municipal. De seguida, perguntou para quando se previa a conclusão do projeto da prometida ampliação do Centro de Recolha Oficial, que já se arrasta há 5 anos e que é uma obra de extrema importância para dar saída às necessidades dos animais abandonados. Por último, a propósito do pedido de licenciamento para a construção de um prédio na freguesia da Costa, Processo nº 817/20, contíguo a um outro já construído, disse querer saber se este projeto cumpre o que a legislação determina, ou seja, se a linha de água que passa nessa zona está a 10 metros de distância em relação à implementação do respetivo prédio.-----

Armando Jesus de Freitas Fontão, do Grupo Parlamentar da IL, começou a sua intervenção apresentando as seguintes questões: Tendo em conta a taxa de inflação elevada que já está presente na nossa economia, quais são as atividades que o Executivo prevê para ajudar os vimaranenses a combater este imposto camuflado? O Executivo tem alguma ação a nível económico que promova a produtividade e com isso ajudar de uma forma indireta os vimaranenses? Tem condições para que, no próximo orçamento, haja uma baixa de impostos municipais? Depois, disse congratular-se com a novidade anunciada sobre o Centro de Hemodinâmica do Hospital Senhora da Oliveira, destacando a importância da sua entrada em funcionamento para a população vimaranense e perguntando para quando a conclusão deste processo. Por último, felicitou a inauguração do loteamento de Cães de Pedra, alertando, contudo, para as opções do trânsito nessa zona, devido ao notado aumento de tráfego, o que não era previsível. -----

O **Presidente da Câmara Municipal** informou não ter conhecimento de qualquer queixa apresentada sobre o funcionamento e local do Gabinete de Apoio à Vítima de Violência Doméstica, situado numa zona comercial, na freguesia de Lordelo. Reiterou que a demissão do Arquiteto Filipe Fontes, de quem disse reconhecer elevada competência técnica, foi voluntária, alegando



cansaço. Acrescentou que, tratando-se de um lugar de elevada responsabilidade, exigindo uma forte motivação e disponibilidade, o cargo foi ocupado, em regime de substituição, pelo Arquiteto Pedro Sousa, que é, reconhecidamente, competente na área do urbanismo e reúne todas as condições necessárias para ocupar o referido cargo. Sobre o Centro de Hemodinâmica do Hospital Senhora da Oliveira, como teve oportunidade de dizer em reunião do Executivo Municipal, é uma falta de bom senso e um absurdo não estar a funcionar, decorridos três anos após a sua conclusão. Acrescentou que teve informação do Presidente da ARS Norte, numa reunião, no Porto, com conhecimento da Ministra da Saúde, de que o obstáculo da referenciação estava ultrapassado e o Centro de Hemodinâmica do Hospital Senhora da Oliveira iria entrar em funcionamento, o que lamentou ainda não ter acontecido. Considerou benéfica a descentralização de competências para os municípios, sendo devidamente acompanhada do respetivo envelope financeiro adequado, o que não aconteceu com a Educação, cujas competências já foram descentralizadas, passando para o Município de Guimarães, mas o valor é reduzido e descompensado em relação aos valores reais, havendo um diferencial de cerca de três milhões de euros/ano entre o que está anunciado pelo Governo e o valor real da despesa em causa com a assunção dessa responsabilidade. Ainda neste âmbito informou estar a decorrer reuniões negociais entre a Associação Nacional de Municípios Portugueses e o Governo com o objetivo de assegurar a revisão da compensação em causa, que muito tem preocupado todos os Presidentes das Câmaras Municipais. Sobre as preocupações manifestadas pelo Presidente da Junta da Freguesia de Oliveira, S. Paio e S. Sebastião, referiu que o problema está em encontrar o compromisso para a vivência entre os comerciantes (bares e restaurantes) e os residentes do Centro Histórico, compatibilizando,

deste modo, interesses na vivência de uma cidade que é viva, pujante e que reúne muita juventude, principalmente nas noites de fim-de-semana. Prosseguiu, referindo-se à intervenção de Alberto Mota sobre a envolvente solidária de apoio aos refugiados da guerra da Ucrânia, realçando o apoio que a Câmara Municipal tem prestado em parceria com a todas as entidades e instituições para que estes se sintam bem e devidamente integrados. Sobre o pavilhão da EB2,3 João de Meira, anunciou estar a ser trabalhada com a DGESTE uma solução que passa pela construção de duas naves sob a única cobertura existente, sendo que uma das naves servirá as atividades letivas da João de Meira e a outra para realização de treino das modalidades amadores do Vitória Sport Clube. -----

O Presidente da Câmara Municipal respondeu aos pedidos de esclarecimentos que lhe foram solicitados por André Filipe Mendes de Castro Almeida, Pedro Alberto Mendes Ferreira, Emídio Guerreiro, Rui Porfírio Lopes Silva e José Manuel Torcato Ribeiro. -----

ELEIÇÕES-----

93 - COMISSÃO DE PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS GUIMARÃES (CPCJ) – DESIGNAÇÃO DE REPRESENTANTES. Submetida à votação da Assembleia Municipal, por escrutínio secreto, obteve-se o seguinte resultado:-----

Inscritos: 97 Membros -----

Votantes: 91 Membros-----

SIM = 84 votos-----

NÃO = 4 votos -----

Branco = 3 votos-----

Eleitos os seguintes cidadãos: Margarida Pinheiro Pereira, Teresa Maria Esquível Sequeira Braga Costa Faria e Armando Jesus da Silva Fontão. -----

----- **APROVAÇÃO DA ATA EM MINUTA** -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GUIMARÃES

ATA Nº 7 Fis. 29
SESSÃO ORDINÁRIA DE 29 DE ABRIL DE 2022
MANDATO 2021/2025

Nos termos e para os efeitos consignados nos números 3 e 4, do artigo 57º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, a Assembleia **DELIBEROU**, por unanimidade, **APROVAR** a ata em minuta. -----

Pela **uma hora do dia seguinte**, o Presidente da Mesa deu por **SUSPENSA A SESSÃO**, que terá continuidade no dia 3 de maio, pelas 21:00 horas. -----

Para os efeitos consignados no número 2, do artigo 57º, da referida Lei n.º 75/2013, foi lavrada a presente ata, que vai ser assinada pelo Presidente da Assembleia Municipal, José João Torrinha Martins Bastos, e por mim, Maria Fernanda Azevedo Alves Fernandes, trabalhadora designada para o efeito. -